

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS
(PEPI)**

Projeto: PROGRAMA RODAR MS

**Programa de manutenção proativa, adequação a resiliência climática e
segurança viária de rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul**

Proposta: novembro de 2024

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do **Programa Rodar MS** - Programa de Manutenção Proativa, adequação a resiliência climática e segurança viária de rodovias do estado de Mato Grosso do Sul, elaborado com base nas orientações e informações compartilhadas pela equipe do Banco Mundial e por meio de dados secundários e primários referentes aos aspectos socioambientais dos municípios e da população residente na área de influência direta das rodovias onde serão implantadas as iniciativas do Programa.

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO	6
1.1. Contexto	8
1.2. Objetivos	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3. Componentes	11
2. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	13
3. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS	14
3.1 Conceito.....	14
3.2 Partes Interessadas Identificadas	14
4. TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES	20
4.1. Meios de Comunicação, Divulgação, Envolvimento das Partes Interessadas, Estratégia proposta para divulgação de informações	20
5. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....	24
5.1. Antecedentes.....	24
5.2. Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas Realizadas durante a Preparação do Projeto.....	25
5.3 Povos tradicionais - indígenas e quilombolas	28
5.4. Consulta da Proposta Preliminar do PEPI.....	33
5.4.1 Consulta pública no site do EPE	33
5.4.2 Consultas com órgãos e conselhos representativos.....	34
5.5. Proposta para o Envolvimento das Partes Interessadas durante a Implementação do Projeto.....	35
5.5.1 Beneficiários – Geral	35
5.5.2 Comunidades Escolares Indígenas.....	36
6. RESPOSTA E RESOLUÇÃO DE QUEIXAS	36
6.1. Publicização	36
6.2. Descrição do Mecanismo de Queixas (MSQ)	37
6.3. Processo de Gestão e Monitoramento	38
6.3.1 Etapa 1 – Iniciar a Manifestação	38
6.3.2 Etapa 2 – Monitoramento da Manifestação.....	39
6.4. Prazo de Resposta.....	40

6.5. Recursos e Avaliação do Manifestante	40
6.6. Análise do Funcionamento do Mecanismo	40
6.6.1 Ouvidoria - Fala BR	41
7. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI.....	42
7.1. Funções e responsabilidades de gestão	42
7.2. Recursos	43
7.3. Monitoramento e Relatórios	44

SIGLAS

ACRISSUL – Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul

AGESUL – Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul

APA – Área de Proteção Ambiental

ASSOMASUL - Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul

CGE – Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

CGU – Controladoria Geral da União

CIDECO – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Colônia

CIDECOL – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Costa Leste

CODEVALE – Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema

CONISUL - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de MS

DETRAN-MS – Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

EPE – Escritório de Parcerias Estratégicas

FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

FUNDERSUL – Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul

IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

MGAS – Marco de Gestão Ambiental e Social

PELT – Programa Estadual de Logística e Transportes

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PPA - Plano Plurianual

RENAEST – Gerência de Análise e Estatísticas de Trânsito e Coordenação Estadual do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito

SEC – Secretaria de Estado e Cidadania

SED – Secretaria de Estado de Educação

SEGOV – Secretaria Estadual de Governo e Gestão Estratégica

SEILOG – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

SEMADESC – Secretaria a Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

SICADEMS – Sindicato das Indústrias de Frios, Carnes e Derivados do Estado

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

UGP – Unidade de Gestão do Projeto

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Programa Rodar MS tem como objetivo, ao final de sua implementação, promover uma transformação inovadora no modelo de gestão de pavimentos, integrando de forma abrangente aspectos ambientais, sociais e de segurança viária em toda a malha viária contemplada.

O Programa busca gerar resultados consistentes em curto, médio e longo prazo, elevando a qualidade das obras e proporcionando benefícios diretos para a segurança dos usuários e comunidades envolvidas, e para tanto contará com quatro componentes principais: (i) Manutenção Proativa de Rodovias Estaduais, (ii) Fortalecimento Institucional, (iii) Melhoramento operacional da Segurança Viária; e a (iv) Administração do Programa.

Além de garantir a longevidade e eficiência das obras, o Programa Rodar MS coloca forte ênfase na sustentabilidade ambiental. Serão adotadas práticas que minimizam o impacto ambiental, como o uso de tecnologias de pavimentação mais sustentáveis, redução das emissões de carbono durante a construção e manutenção, e a implementação de soluções que favoreçam a gestão eficiente de recursos naturais, como a adoção de práticas ambientalmente corretas na execução das obras, destinação dos resíduos sólidos conforme preconizado na legislação brasileira, a proteção dos ecossistemas locais, dentre outros aspectos ambientais relevantes.

No âmbito social, o Programa visa engajar as comunidades locais, especialmente aquelas diretamente afetadas pelo projeto, garantindo que as melhorias na infraestrutura rodoviária sejam acompanhadas por uma valorização do bem-estar social. Haverá um foco na promoção de inclusão social, garantindo que as intervenções considerem as necessidades de grupos vulneráveis, como povos indígenas, estudantes e mulheres, assegurando o respeito às suas realidades.

Além disso, o Programa Rodar MS incorporará um componente de resiliência climática, com foco em soluções que tornem as infraestruturas viárias mais resistentes aos impactos das mudanças climáticas, principalmente as causadas por incêndios. Serão implementadas medidas de prevenção e controle de fogo ao longo das rodovias, como a criação de faixas de contenção, realização de roçadas, o uso de materiais resistentes ao calor, além de monitoramento contínuo para a rápida detecção e combate de focos de incêndio. Com isso, será possível garantir maior durabilidade das obras e minimizar interrupções na mobilidade, aumentando a segurança e a eficiência da malha viária, especialmente em áreas suscetíveis à incêndios, em um cenário de crescentes desafios ambientais.

Em suma, o Programa Rodar MS promoverá uma abordagem integrada e inovadora, com foco em pavimentação de alta qualidade, sustentabilidade ambiental, inclusão social, e segurança viária, assegurando que os benefícios sejam amplos e duradouros para todos os envolvidos.

➤ Componente 1 - Manutenção Proativa de Rodovias Estaduais

O objetivo do Componente 1 é a incorporação de novo modelo de contratação de serviços para a gestão da infraestrutura rodoviária, usando contratos baseados em desempenho (PBCs) com modelo do CREMA de longo prazo, seja no modelo DBM ou PPP, através do uso de metodologia proativa para a manutenção de rodovias, incluindo diagnóstico das patologias e segmentação de trechos para aplicação de soluções específicas, com foco na eficiência do uso de recursos públicos, refletido pela diminuição de custos e/ou ganho em escala. Dessa forma, o componente buscará integrar as ações de manutenção ao conjunto da infraestrutura rodoviária, visando a eficiência e vida útil dos dispositivos e estruturas, possibilitando maior suporte aos efeitos climáticos e maior segurança viária.

Manutenção proativa com modelo CREMA de longo prazo (8 a 30 anos) usando contratos baseados em desempenho (PBCs):

1 CREMA-DBM: definem a contratos de 5 a 8 anos de duração com contratação integrada de projeto, obra e manutenção com pagamento por parte do Estado ao longo da obra e da manutenção, com base ao cumprimento de indicadores de desempenho previamente publicados. Baseados na Lei de Contratação Pública.

2 CREMA-PPP definem a contratos de 25 a 30 anos de duração com contratação integrada de projeto, obra e manutenção com financiamento da obra de recuperação por parte do concessionário e posterior pagamento por parte do Estado ao longo da fase de manutenção, com base no cumprimento de indicadores de desempenho previamente publicados. Segue a Lei de PPPs.

➤ **Componente 2 - Fortalecimento Institucional**

O objetivo do Componente 2 é o desenvolvimento de ações de apoio para a consolidação da capacidade do Estado, para a gestão da infraestrutura do setor rodoviário, com iniciativas voltadas a gestão e:

- i. apoio ao setor de transportes;
- ii. aperfeiçoamento do Programa de Parcerias do Estado;
- iii. gestão e monitoramento ambiental (resiliência climática);
- iv. gestão e monitoramento social;
- v. controles internos (IACM-3);
- vi. aquisições e capacitações para fortalecimento dos órgãos envolvidos no Programa;

➤ **Componente 3 - Melhoramento operacional da Segurança Viária**

Este componente irá investir em um conjunto de medidas necessárias para ampliar a segurança viária de acordo com critérios estabelecidos, incluindo a elaboração de estudos, implantação de dispositivos e equipamentos e sistemas, que permitam melhorar a fiscalização e apoio à segurança viária, com investimentos visando a melhoria de pontos críticos nas travessias em nível nas rodovias estaduais que estão próximas a rodovias estaduais.

➤ **Componente 4 - Administração Do Programa**

Este componente tem como objetivo garantir a estrutura da Unidade de Gestão do Projeto – UGP, assim como a contratação de auditoria externa independente visando cumprimento das obrigações fiduciária e legais do Programa, bem como a contratação de consultores individuais e aquisição de bens, como computadores.

1.1. Contexto

O projeto abrange o Estado de Mato Grosso do Sul – MS, com ênfase nas regiões Leste e Sudeste. As rodovias constantes no Programa Rodar MS estão apresentadas no **Quadro 1**.

Quadro 1: Rodovias constantes no Programa Rodar MS.

RODOVIA	TRECHO	EXT. (km)
CREMA - DBM 7ª RESIDÊNCIA REGIONAL DE NAVIRAÍ		
MS - 141	Limite municipal Novo Horizonte do Sul e Jatei (Ponte sobre o Rio Guirai / Ponte Preta) - Entr. Rodovia BR-163/BR-487	71,50
MS - 145	Perímetro Urbano de Naviraí - Entrº MS 141	2,43
MS - 290	Entrº MS 141 - Entrº MS 180 (Em Pavimentação)	35,15
MS - 475	Final trecho urbano Novo Horizonte do Sul - Final trecho pavimentado	2,10
MS - 475	Entr. Rodovia MS-141 - Entr. Estrada Vicinal B-7, final trecho urbano de Novo Horizonte do Sul	27,68
MS - 488	Entrº BR 163 - Porto Santo Antônio	21,15
	SUB-TOTAL	160,03
CREMA - DBM 9ª RESIDÊNCIA REGIONAL DE NOVA ANDRADINA		
MS - 134	Entr. BR 267 - Entr. Rodovia MS-473	56,71
	Contorno Viário de Nova Andradina	8,90
MS - 141	Entr. Rodovia MS-274 - Limite municipal Novo Horizonte do Sul e Jatei (Ponte sobre o Rio Guirai / Ponte Preta)	53,45
MS - 145	Entr. BR 267 - Entr. Rodovia MS-274	61,68
MS - 145	Entr. Rodovia MS-274(A) (Final trecho urbano do Distrito de Ipezal) - Início trecho urbano de Deodápolis	25,30
MS - 274	Entr. Rodovia MS-145 - Entr. Rodovia MS-141 (Angélica)	31,92
MS - 276	Entr. Rodovia BR-376(B) / MS-473(A) - Entr. Rodovia MS-395	71,38
MS - 395	Entr. Rodovia MS-276 - Entr. Rodovia BR-267	65,36
MS - 473	Instituto Federal de Nova Andradina (Início trecho pavimentado) - Entr. Av. Antonio Joaquim de Moura Andrade, início trecho urbano de Nova Andradina	21,67
MS - 473	Entr. Rodovia projetada MS-274 - Entr. Travessa São João, final trecho urbano de Taquarussu.	28,00
MS - 476	Entrº MS 473 (Taquarussu) - Fim do trecho pavimentado	4,78

RODOVIA	TRECHO	EXT. (km)
MS - 480	Entrº MS 276 - Barragem Porto Primavera	28,51
	SUB-TOTAL	457,66
CREMA - PPP		
MS - 377	Entrº Rodovia BR-262 - Entrº Rodovia MS-112	128,10
MS - 240	Entrº Rodovia MS-112 - Entr Rodovia BR-158 (Paranaíba)	80,60
	SUB-TOTAL	208,70
TOTAL GERAL		826,39

Como critérios de seleções das rodovias, foram adotados os principais itens:

- regiões com maior concentração de Rodovias Estaduais;
- principais rotas de escoamento da produção agroindustrial;
- vias de escoamento para a agricultura e pecuária;
- zona de Influência da Rota Bioceânica;
- vias de acesso aos polos industriais;
- regiões de turismo e;
- principais pontos de atendimento às travessias urbanas.

A atuação dos componentes Fortalecimento Institucional e Melhoramento Operacional da Segurança Viária se dará de maneira diferenciada.

O Fortalecimento Institucional visa implementar ações estratégicas para consolidar a capacidade do Estado na gestão da infraestrutura do setor rodoviário, com especial atenção às questões socioambientais e de gênero. As iniciativas buscarão garantir a proteção da biodiversidade, integrando medidas que minimizem os impactos negativos sobre os ecossistemas ao longo das rodovias. Além disso, serão adotadas práticas que assegurem o respeito às pessoas residentes na área de influência direta do projeto, garantindo que suas culturas, territórios e modos de vida sejam preservados e protegidos durante todas as fases do projeto: planejamento, execução das obras e operação das rodovias.

As ações também incorporarão uma perspectiva de gênero, que buscarão ativamente a igualdade, adotando medidas para eliminar barreiras e discriminações no ambiente de trabalho, além de criar condições que favoreçam a participação feminina, em todas as etapas do projeto, em um setor historicamente dominado por homens e dessa forma promovendo a inclusão de mulheres, desde a gestão e participação em decisões até a execução das obras, assegurando oportunidades justas e equitativas de emprego e capacitação.

Por outro lado, projeto tem como objetivo executar um conjunto de medidas necessárias para ampliar a segurança viária de acordo com critérios estabelecidos, incluindo a elaboração de estudos, implantação de dispositivos e equipamentos e sistemas, que permitam melhorar a fiscalização e apoio à segurança viária.

Essas ações promoverão uma infraestrutura mais sustentável, harmonizando o desenvolvimento com a conservação ambiental, a valorização social e a segurança viária.

Com base nas ações já consolidadas no estado de Mato Grosso do Sul e nas demandas definidas conjuntamente pelo Escritório de Parcerias Estratégicas (EPE) e Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (AGESUL), Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), da Secretaria de Estado e Cidadania (SEC), da Secretaria de Educação (SED), Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran MS) e Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (CGE/MS), foram traçadas ações com foco na proteção da biodiversidade, fortalecimento da resiliência climática e promoção do engajamento comunitário. Esses esforços visam, entre outros objetivos, garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, a melhoria da segurança viária, com atenção especial ao público e à comunidade escolar. A integração dessas ações busca promover um desenvolvimento sustentável, inclusivo e seguro, beneficiando todos os setores da sociedade.

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Garantir o acesso e tráfego sustentável, seguro e resiliente aos eventos climáticos extremos nas rodovias estaduais, promover o desenvolvimento socioeconômico, o fortalecimento institucional e melhorar o acesso aos ambientes de aprendizagem e desenvolvimento humano no Estado de Mato Grosso do Sul, com a integração de aspectos ambientais, sociais e de segurança viária.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos gerais serão alcançados, por meio de ações preventivas na gestão da infraestrutura rodoviária, conforme os objetivos específicos descritos a seguir:

- i. Celebrar contratos de manutenção do pavimento rodoviário com maior eficiência e vinculados à resultados e ao desempenho, através dos modelos CREMA (DBM e PPP), com integração de aspectos ambientais, sociais, de segurança viária e de fortalecimento institucional;
- ii. Melhorar as características físicas da infraestrutura rodoviária e implantar medidas para aumentar a segurança viária e a resiliência aos eventos climáticos extremos nas rodovias estaduais;
- iii. Reduzir os pontos críticos quanto ao acesso de estudantes às instalações de escolas estaduais que possuam algum vínculo com rodovias estaduais;
- iv. Elaborar estudos para o fomento da descarbonização da logística e da mobilidade urbana estadual;
- v. Adquirir equipamentos, sistemas e capacitar servidores envolvidos no gerenciamento do transporte, proporcionando maior eficiência na gestão

- técnica, ambiental, administrativa e operacional da malha rodoviária estadual;
- vi. Capacitar servidores para ampliar o quadro de pessoal especializado no desenvolvimento dos Programas de Parcerias Público-Privadas e Concessões;
 - vii. Implantar a UGP para suporte as ações do Programa.

1.3. Componentes

Quadro 2: Componentes e subcomponentes do Programa Rodar MS.

COMPONENTES
COMPONENTE 1 – MANUTENÇÃO PROATIVA DE RODOVIAS ESTADUAIS (186 MILHÕES DE DÓLARES DE FINANCIAMENTO DO BANCO MUNDIAL E 54,330 MILHÕES DE DÓLARES DE CONTRAPARTIDA).
Subcomponente 1.1 – Contratos CREMA-DBM (Até 10 Anos) Apoio à execução de obras de restauração e manutenção de rodovias pavimentadas no modelo CREMA-DBM, inovando no processo de gestão da malha rodoviária através manutenção da infraestrutura rodoviária estadual, incluindo melhoria nas obras de arte especiais e serviços para ampliar a segurança viária e capacidade de resiliência climática. As ações desse subcomponente estão divididas da seguinte forma: 1.1.1 Projetos de Engenharia; 1.1.2 Execução de obras de restauração e manutenção de rodovias pavimentadas no modelo CREMA – DBM; 1.1.3 Verificador independente, supervisão ou gerente de projeto.
Subcomponente 1.2 Contratos CREMA-PPP (10 até 30 anos) Investimentos na execução de obras de restauração e manutenção de rodovias pavimentadas no modelo CREMA – PPP, cujo objetivo é a manutenção da infraestrutura rodoviária estadual, incluindo a elaboração de estudos, estruturação de projetos e execução de obras, garantindo a eficiência e vida útil dos dispositivos e estruturas, frente aos efeitos climáticos, com modelo de contrato tipo CREMA – PPP. As ações desse subcomponente estão divididas da seguinte forma: 1.1.1 Projetos de Engenharia; 1.1.2 Execução de obras de restauração e manutenção de rodovias pavimentadas no modelo CREMA – DBM; 1.1.3 Verificador independente, supervisão ou gerente de projeto.
COMPONENTE 2 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Subcomponente 2.1 Gestão proativa, segura e resiliente de ativos rodoviários Apoio ao desenvolvimento de ações para um controle de resultados, desempenho e qualidade da infraestrutura à nova lógica de fiscalização e monitoramento de contratações via CREMA-DBM e CREMA-PPP visando à capacitação das equipes responsáveis pela gestão e fiscalização das obras e serviços previstos nos projetos. Esse componente apoiará ainda as ações de requalificação das pistas de treino e prova para motocicletas, veículos leves e pesados com manutenção e desempenho e, desenvolvimento de estrutura para atendimento dos usuários da pista de motocicletas, além da modernização do Detranzinho (educação de trânsito para crianças), localizadas no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS. Também irá financiar ações que visam promover um conjunto de medidas necessárias para ampliar a segurança viária de acordo com critérios estabelecidos, incluindo a elaboração de estudos, implantação de dispositivos e equipamentos e sistemas, que permitam melhorar a fiscalização e apoio à segurança viária, além de ações de contramedidas para redução de acidentes em rodovias e, a aquisição de equipamentos

COMPONENTES

relacionados à segurança rodoviária e fiscalização de condutores. As ações desse subcomponente estão divididas da seguinte forma:

- 2.1.1** Capacitação do corpo técnico estadual do setor de transporte e na gestão de projetos de parcerias;
- 2.1.2** Aquisição de sistema do tipo *Power Bi* para monitoramento ambiental, social e governança;
- 2.1.3** Requalificação das pistas de treino e prova para motocicletas, veículos leves e pesados com manutenção por desempenho e, desenvolvimento de estrutura para atendimento dos usuários da pista de motocicletas e modernização do Detranzinho (educação de trânsito para crianças);
- 2.1.4** Diagnóstico visando propor intervenções em locais com histórico de acidentes (iRAP);
- 2.1.5** Sistema de monitoramento de veículos e equipamentos de fiscalização e pesagem de veículos;
- 2.1.6** Fortalecimento de atividades da CGE/MS, visando obtenção do IA CM-3 através de Capacitações, Consultorias/Certificações e Sistemas;
- 2.1.7** Aquisição de bens para melhoria na gestão do setor de transporte.

Subcomponente 2.2 Mobilidade e Logística Verde

Apoio ao desenvolvimento de ações para o fortalecimento institucional voltadas ao melhoramento e aperfeiçoamento do Programa Estrada Viva nas rodovias existentes e diagnóstico de fauna em novas rodovias, incluindo ainda a construção de sede própria do Programa, juntamente com construção de sede do IMASUL em Bonito-MS, que também receberá ações para o monitoramento ambiental das águas do rio formoso e caracterização das áreas restritas no Bioma Pantanal e ao desenvolvimento de software como ferramenta de análise e caracterização das Áreas de Uso Restrito (AUR) do Pantanal por meio de imagens de satélite para auxiliar a caracterização do uso e ocupação do solo nas áreas do Bioma Pantanal, subsidiando as análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR). As ações desse subcomponente estão divididas da seguinte forma:

- 2.2.1** Atualização do Programa Estadual de Logística de Transportes (PELT);
- 2.2.2** Aperfeiçoamento do Programa Estrada Viva (rodovias já existentes) e Diagnóstico de Fauna nas rodovias MS-345, MS-178, MS-339 e MS-382;
- 2.2.3** Implantação da infraestrutura de entidades ambientais (Escritório IMASUL / Sede do Programa Estrada Viva) no município de Bonito;
- 2.2.4** Monitoramento do Turvamento das Águas - Resiliência Climática;
- 2.2.5** Apoio ao desenvolvimento de software como ferramenta de análise e caracterização das Áreas de Uso Restrito (AUR) do Pantanal.

Subcomponente 2.3 Inclusão Social e Gênero

Apoio ao desenvolvimento de iniciativas que visam a estruturação de um Sistema Integrado de ações para a promoção da Cidadania, contemplando as etapas de diagnóstico, elaboração e implementação de Ações Integradas, através do desenvolvimento de indicadores de efetividade da cidadania no Estado de Mato Grosso do Sul, com base em 4 dimensões complementares: Cidadania Vivida, Cidadania Garantida, Cidadania Percebida e Cidadania Ativa, com o objetivo de fornecer um análise abrangente que permita identificar as condições atuais da cidadania, avaliar as políticas públicas existentes, compreender a percepção da população sobre seus direitos e deveres, além de medir o nível de mobilização social no território. As ações desse subcomponente estão divididas da seguinte forma:

- 2.2.1** Atualização do Programa Estadual de Logística de Transportes (PELT);
- 2.3.1** Aperfeiçoamento do monitoramento do Programa Estrada Viva;
- 2.3.2** Consolidação da estrutura de entidades ambientais com prédio unificado (Escritório IMASUL / Sede Estrada Viva);
- 2.3.3** Monitoramento do Turvamento das Águas - Resiliência Climática.

Subcomponente 2.3 Inclusão Social e Gênero

COMPONENTES
Este subcomponente apoiará a expansão de atividades que visam à estruturação de um Sistema integrado para ações de Cidadania (Diagnóstico, Criação e Implementação de Ações Integradas), por meio do desenvolvimento de indicadores de efetividade da cidadania no Estado de Mato Grosso do Sul, com base em 4 dimensões complementares: Cidadania Viva, Cidadania Garantida, Cidadania Percebida e Cidadania Ativa. O objetivo é fornecer um quadro abrangente de análise que permita identificar as condições atuais da cidadania, as políticas públicas existentes, a percepção da população sobre seus direitos e deveres, e o nível de mobilização social no território. 2.3.1 Cidadania em Movimento - Sistema Integrado para Ações de Cidadania: consultoria visando diagnóstico e implementação de ações integradas para o fortalecimento das ações indenitárias do Mato Grosso do Sul.
COMPONENTE 3 - MELHORAMENTO OPERACIONAL DA SEGURANÇA VIÁRIA
Subcomponente 3.1 - Melhoria aos Acessos às Escolas Estaduais Melhoria dos acessos às escolas estaduais, através da eliminação de pontos críticos nas travessias em nível em unidades escolares que circundam as rodovias estaduais, conforme levantamento da Secretaria de Estado de Educação – SED, através dos Diretores Regionais que fazem a gestão das escolas com necessidade de melhoria. Este subcomponente apoiará a melhoria dos acessos às escolas estaduais, a partir da eliminação de pontos críticos nas travessias em nível em unidades escolares que circundam as rodovias estaduais, conforme levantamento da Secretaria de Estado de Educação (SED), por meio dos Diretores Regionais que fazem a gestão das escolas com necessidade de melhoria. Os investimentos previstos contemplam paradas e pontos de ônibus escolares, sonorizadores, sinalização vertical e horizontal e demais intervenções que serão levantadas no projeto básico. 3.1.1 Eliminação de pontos críticos nas travessias em nível nas rodovias estaduais.
COMPONENTE 4 – ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
Subcomponente 4.1 - Unidade de Gestão do Projeto Esse subcomponente irá financiar a composição de equipe para a Gestão da Unidade de Gestão do Projeto – UGP, com a contratação consultores individuais para atendimento ao organograma proposto, assim como a aquisição de bens como computadores, veículos, mobiliário e itens necessário para o acompanhamento do Programa. As ações desse subcomponente estão divididas da seguinte forma: 4.1.1 Bens; 4.1.2 Contratação de Consultores Individuais.
Subcomponente 4.2 - Auditoria Externa Independente Esse subcomponente irá financiar realização de auditorias anuais, por auditores independentes aceitáveis pelo Banco, nos demonstrativos financeiros, na estrutura de controle interno e nos sistemas estabelecidos para produzir informações financeiras para o Programa, realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC).

2. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A Norma Ambiental e Social - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação das Informações (NAS 10), presente no Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, preconiza a relevância do processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas no projeto desde o início. Para isso, o objetivo deste plano é garantir uma estratégia para o envolvimento das partes interessadas de modo inclusivo e eficaz em todo o ciclo.

Isto envolve a divulgação das informações em nível adequado, a abordagem e metodologias específicas para cada público mapeado. Além disso, os riscos e impactos socioambientais levantados durante a preparação devem estar compreensíveis e acessíveis às partes afetadas. Outro ponto de destaque é garantir um “mecanismo de queixas” seguro e de fácil acesso às partes interessadas durante a implementação e ao final do projeto. Neste aspecto, apresentamos mais à frente a estrutura do FalaBr, atualmente utilizado pela Ouvidoria Geral do Estado.

Além da NAS 10, destacamos a importância da NAS 7 - Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais, mais especificamente os povos indígenas, pois escolas indígenas fazem parte do público beneficiário do Programa Rodar MS. A observância de seus direitos, estritamente garantidos pela legislação brasileira, é fundamental para atingir os objetivos do projeto e garantir o envolvimento efetivo das partes interessadas.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

3.1 Conceito

As partes interessadas do projeto são definidas como indivíduos, grupos ou organizações que:

- São ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente (*partes afetadas*);
- Podem ter interesse e/ou têm o potencial de influenciar o projeto de alguma forma (*outras partes interessadas*).

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas, grupos e organizações que:

P = Participam na implementação e coordenação do projeto;

ID = Influenciam diretamente a implementação do projeto;

II = Influenciam indiretamente a implementação do projeto;

DA = Diretamente afetados pelos resultados do projeto;

IA = Indiretamente afetados pelos resultados do projeto.

3.2 Partes Interessadas Identificadas

Os **Quadros 3** e **4** apresentam as Partes Interessadas no Projeto: “Beneficiários” e “Outras partes interessadas”, respectivamente, suas características e relações com o projeto, bem como sua classificação de acordo com a definição no item anterior.

Quadro 3: Beneficiários.

Beneficiários - Características
População do Mato Grosso do Sul (IA)
As ações do Programa Rodar MS terão um impacto abrangente, beneficiando indiretamente toda a população do Estado de Mato Grosso do Sul, que soma aproximadamente 2,7 milhões de habitantes, trazendo benefícios substanciais, impactando positivamente a economia, a sociedade e o meio ambiente. Do ponto de vista econômico, essa modernização facilita o escoamento de produtos, especialmente do agronegócio, além de atrair novos investimentos para o estado e estimular a geração de empregos, tanto diretos quanto indiretos. Em termos de segurança viária, a requalificação das rodovias contribui para a redução significativa de acidentes e oferece mais conforto e eficiência no transporte para os usuários. Além disso a integração regional é fortalecida com a melhoria da conectividade entre os municípios, promovendo a coesão territorial e impulsionando o ecoturismo, uma importante atividade econômica no estado. No âmbito ambiental, as rodovias mais eficientes ajudam a reduzir a emissão de substâncias poluentes, uma vez que reduzem o tempo de viagem e o consumo de combustível, além de minimizar o impacto ambiental através da adoção de práticas sustentáveis durante as fases de construção e manutenção dessas rodovias. Por fim, essas melhorias resultam em uma elevação significativa da qualidade de vida da população, proporcionando melhor acesso à serviços essenciais e contribuindo para a redução do custo de vida, refletindo diretamente no bem-estar das comunidades locais.
Usuários de Rodovias (DA)
As melhorias nas rodovias trarão benefícios diretos para os motoristas, pois em melhores condições, as rodovias garantirão maior segurança, redução do risco de acidentes devido à pavimentação adequada, sinalização clara e implementação de medidas de controle de tráfego. A qualidade do asfalto também diminui o desgaste dos veículos, resultando em menos manutenção e custos com reparos. Além disso, o fluxo de tráfego se torna mais eficiente, proporcionando viagens mais rápidas e confortáveis, com menos congestionamentos e paradas.
População Residente nas Adjacências (DA)
Para a população residente nas proximidades das rodovias, as melhorias trazem maior facilidade de acesso à serviços essenciais como saúde, educação e comércio, já que o transporte se torna mais ágil e confiável. Com uma infraestrutura viária adequada, o transporte de mercadorias para essas áreas também se torna mais eficiente, o que pode resultar em preços mais baixos para bens e serviços. A redução do tráfego pesado nas vias urbanas e a melhoria das condições das rodovias também diminuem os níveis de poluição sonora e do ar, contribuindo para um ambiente mais saudável nas comunidades locais. Por outro lado, durante a execução das obras, a população que vive nas áreas adjacentes às rodovias pode enfrentar alguns impactos negativos temporários, em decorrência do aumento do tráfego de pessoas e veículos nas áreas próximas às obras, que levam a congestionamentos que dificultam a circulação dos moradores locais e aumentam o risco de acidentes de trânsito, fatores que também podem impactar a qualidade do comércio e dos serviços locais. Além disso, em alguns casos, a interação entre trabalhadores e moradores locais pode gerar conflitos, especialmente em áreas com diferenças culturais significativas. Esses conflitos estão relacionados ao uso de espaços públicos, ao comportamento inadequado em áreas residenciais, dentre outros. Para minimizar os impactos nas comunidades vizinhas, é fundamental que, ainda na fase de elaboração dos projetos e antes do início das obras, seja conduzido um processo de consulta e

Beneficiários - Características
diálogo com as famílias residentes nessas áreas, incluindo representantes e lideranças locais. Esse engajamento inicial deve priorizar uma comunicação eficiente entre todas as partes envolvidas, com a implementação de medidas de mediação e controle claro e eficaz. Dessa forma, eventuais problemas poderão ser identificados e solucionados de forma proativa, evitando que se agravem ao longo da execução das obras, garantindo uma convivência mais harmoniosa entre as partes e mitigando os impactos negativos sobre a população residente nas áreas adjacentes.
Povos Indígenas (DA)
Reforçamos a relevância dos Povos Indígenas para o Programa Rodar MS, pois esses compõem uma pequena parcela do público prioritário. É importante destacar que as obras previstas nas adjacências das escolas indígenas podem gerar impactos sobre essas comunidades, afetando seu modo de vida, seus territórios e seus direitos culturais e ambientais. Portanto, a observância dos direitos desses povos, assegurados pela Constituição Federal e por legislações brasileiras específicas, é imprescindível para o cumprimento dos objetivos do programa. A abordagem desses potenciais impactos, bem como as estratégias de mitigação e compensação, será arrolada com a ajuda da Secretaria de Educação, que conta com uma equipe de técnicos específicos para a Educação Escolar Indígena, composta por professores indígenas e uma antropóloga não indígena, especialista no tema. Quando necessário, a Secretaria de Cidadania, que se faz presente nas relações com essas comunidades a fim de garantir sua proteção e inclusão, poderá ser incluída no processo.
Alunos e Comunidade Escolar de Escolas Estaduais (DA)
Acidentes envolvendo alunos, especialmente aqueles que estudam em escolas localizadas às margens das rodovias, são uma preocupação crescente, pois resultam em danos graves e até fatais, o que torna urgente a implementação de medidas para garantir a segurança viária. A ausência de infraestrutura adequada, como travessias seguras, sinalização e controle de velocidade, coloca os estudantes e toda a comunidade escolar em risco elevado de atropelamentos e colisões durante suas deslocações diárias. Nesse contexto, o Programa Rodar MS, com base no levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Educação – SED, através dos Diretores Regionais responsáveis pela gestão das escolas, implementará medidas como a melhoria da sinalização vertical e horizontal, a instalação de redutores de velocidade, pontos de ônibus com faixas de aceleração e desaceleração, entre outros. Todas essas iniciativas são projetadas para reduzir o risco de acidentes e são essenciais para garantir um acesso mais seguro, além de exercer um papel crucial na redução da evasão escolar. Assim, seja por questões de mobilidade ou de segurança, a proteção dos alunos e da comunidade escolar nas proximidades das escolas situadas ao longo das rodovias se torna uma prioridade. As melhorias na infraestrutura e as medidas de proteção propostas visam garantir que os acessos ao ambiente escolar sejam seguros e inclusivos para todos os alunos, pais, responsáveis, funcionários e professores independentemente de suas condições.
Usuários Detran e Estudantes que visitam o Detranzinho (DA)
O projeto trará benefícios diretos para os usuários das pistas, melhorando sua experiência e segurança viária. Além disso, para os estudantes que visitam o 'Detranzinho', será possível sensibilizá-los não apenas sobre a importância da segurança no trânsito, mas também sobre temas mais amplos, como resiliência climática e questões de gênero. Este componente visa alcançar uma diversidade de públicos, abrangendo crianças de várias faixas etárias e classes sociais, assim como motoristas e motociclistas. A iniciativa buscará fomentar uma cultura de segurança viária social nas vias, além de promover o debate sobre inclusão e sustentabilidade.
Trabalhadores Contratados (DA)
O Programa Rodar MS contribuirá para a geração de empregos locais, contratando equipes especializadas para realizar os serviços de restauração e manutenção das rodovias. Esses profissionais passarão por campanhas socioeducativas ao longo do projeto para conhecerem

Beneficiários - Características
plenamente seus direitos trabalhistas e também para adotar práticas responsáveis em relação às questões socioambientais durante a execução de suas atividades. As diretrizes para o relacionamento com a equipe serão definidas no documento Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS), garantindo o cumprimento dos padrões de segurança, responsabilidade socioambiental. Este documento será divulgado no site da EPE.

Quadro 4: Outras partes interessadas.

Outras partes interessadas - Características
Agência de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul - AGESUL (P) (DA) A AGESUL é uma entidade autárquica vinculada à SEILOG e por ela supervisionada. Tem por finalidade exclusiva a promoção e a implementação das políticas de obras públicas, viação e transportes, edificações, irrigação de áreas, controle de erosão e saneamento ambiental desenvolvidas pela SEILOG, sendo o órgão executivo rodoviário do Estado. É formada por Diretorias especializadas e setorializadas, e conta, ainda, com dezessete residências regionais, que atuam conforme a necessidade de desconcentração regional das atividades da AGESUL, de acordo com as regiões geoeconômicas do Estado. É competência da AGESUL efetuar a programação, preparo, divulgação, apuração, julgamento e a execução de todos os atos formais necessários aos expedientes de licitação para obras e serviços de engenharia, vinculados às atividades da mesma, observadas as restrições previstas na legislação. No escopo do Projeto, a AGESUL ficará responsável pela execução das obras. A AGESUL também receberá recursos para o seu fortalecimento institucional em conformidade com as ações a serem desenvolvidas.
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL (II) (DA) O IMASUL é uma entidade pública que integra a administração indireta do poder executivo estadual, estando vinculado à SEMADESC. O trabalho desenvolvido pelo IMASUL visa a realizar licenciamento e controle ambiental de empreendimentos, para além de promover ações de recuperação, fiscalização de atividades, monitoramento de recursos naturais, administração de unidades de conservação, promoção da gestão participativa, promoção do gerenciamento dos recursos hídricos, entre outras competências essenciais para o desenvolvimento sustentável e promoção da sadia qualidade de vida da população. Compete ao IMASUL propor, coordenar e executar a política de meio ambiente no Estado de Mato Grosso do Sul, para além de fazer cumprir as legislações federal e estadual que abarca esta temática. Sua estrutura é composta por órgãos colegiados, unidade de direção superior, unidade de assessoramento direto e imediato, unidades de gestão e de execução operacional, unidade de gestão instrumental e unidades de gestão descentralizadas. No escopo do Projeto o IMASUL receberá recursos de fortalecimento institucional do subcomponente Gestão e Monitoramento Ambiental - Resiliência Climática.
Secretaria de Cidadania - SEC (ID) (DA) A SEC apresenta diversas diretrizes, dentre as quais incluem a promoção da universalização dos direitos e das políticas afirmativas, o planejamento e a coordenação de políticas públicas. A Secretaria é dividida em oito subsecretarias, tornando possível focar os trabalhos de forma setorializada, entretanto, trabalhando as políticas públicas de forma integrada. Atualmente, a secretaria é composta pela subsecretaria para Pessoa com Deficiência, para população LGBTQIA+, para Juventude, para Mulheres, para Povos Originários, para Pessoas

Outras partes interessadas - Características

Idosas, para Assuntos Comunitários e para Igualdade Racial.

Por fim, insta salientar que a SEC tem como missão assegurar a universalização dos direitos atuando de forma integrada com as demais políticas públicas e com a sociedade civil, com garantia das liberdades individuais, igualdades, equidade, justiça social e cidadania.

No âmbito do Projeto, além da interlocução com a população nas áreas de atuação da Secretaria, a SEC vai receber recursos de fortalecimento institucional, através de implementação do Sistema Integrado para Ações de Cidadania (Diagnóstico, Criação e Implementação de Ações Integradas).

Secretária de Educação (ID) (DA)

A SED tem a missão de garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas da Rede Estadual de Ensino, fortalecendo-as e respeitando a diversidade do cidadão sul-mato-grossense. Para isso, ela possui um plano estadual de educação e, visando a melhor condução dos trabalhos, criou-se as coordenadorias regionais de educação (CRE), totalizando 12 CRE.

Compete à SED formular a política educacional do Estado, em acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como a definição das metas governamentais, elaborando os planos, os programas, os projetos e as atividades educacionais, para além de exercer sua administração, por meio das unidades orgânicas e dos mecanismos integrantes de sua estrutura.

Também fica a cargo desta secretaria a execução, supervisão e controle das ações do Governo relativas ao cumprimento das determinações constitucionais acerca da educação, visando a democratização do conhecimento e o incentivo à implantação do ensino, tendo como base o saber científico e tecnológico.

Por fim, a Secretaria tem como valor a busca permanente da qualidade dos serviços educacionais prestados à população sul-mato-grossense; potencialização das ações inovadoras na busca de um ensino de qualidade; valorização, respeito e cumprimento dos princípios legais e de convivência, bem como o apreço dos servidores da educação nos aspectos profissional e humano, visando ser referência pela qualidade dos serviços prestados, por meio de ações inovadoras, no enaltecimento do respeito aos servidores e do cumprimento dos preceitos legais e da ética.

Departamento Estadual de Transito – Detran MS (DA)

Com atuação norteada pelos princípios de assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de locomoção e de priorizar suas ações em defesa da vida, incluindo a preservação da saúde e do meio ambiente, cabe ao Detran-MS, primordialmente, a adoção de políticas e de outras ações que colaborem para o alcance do princípio da segurança viária, tais como a formação, educação, engenharia, segurança e fiscalização no trânsito.

Dentro da estrutura básica da entidade executiva de trânsito do Estado destacam-se: a Diretoria de Educação para o Trânsito, responsável pela promoção da Política Nacional de Trânsito e da Política de Educação e Ensino para o Trânsito de Mato Grosso do Sul, bem como pela execução de ações e cursos voltados ao exercício da cidadania, mobilidade e comportamento seguro no trânsito; a Gerência de Análise e Estatísticas de Trânsito e Coordenação Estadual do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST), subordinada à Diretoria de Educação para o Trânsito, que propõe, obtém, organiza e analisa dados estatísticos para descrever e determinar possíveis correlações que subsidiem as ações de educação e fiscalização; e a Diretoria de Engenharia, cujas atribuições envolvem os conceitos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, áreas prioritárias na execução do Projeto.

Dentre as ações do Programa, além de atuar em quesitos importantes de segurança viária, o órgão receberá recursos de fortalecimento institucional no componente Melhoramento Operacional da Segurança Viária.

Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul – CGE/MS (ID) (DA)

A CGE/MS é uma instituição permanente que representa o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual e atua na defesa do patrimônio público, na prevenção da corrupção, de erros e de desperdícios, no incremento da transparência pública da gestão governamental, no fomento das boas práticas de governança e nas atividades de *compliance*.

No cumprimento de seu papel institucional, a CGE/MS, por meio de auditoria interna governamental

Outras partes interessadas - Características

nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal, de recursos externos e nos demais sistemas administrativos e operacionais, inspecionará a execução do Projeto desde a fase de preparação e prestará assistência direta no desempenho das ações relativas à sua área de atuação.

O envolvimento da CGE/MS será fundamental à execução do Projeto, constituindo mais uma ferramenta à disposição do Banco Mundial para a garantia da devida utilização dos recursos do empréstimo e para o monitoramento do andamento das fases do Projeto.

Além disso fica a cargo da CGE/MS, a Ouvidora-geral do Estado, estrutura de fundamental importância na execução do Projeto, uma vez que será o principal mecanismo de interações e queixas, conforme deliberado no decorrer da preparação do Programa.

Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDERSUL) (II)

O Fundersul, vinculado à SEILOG, oferece suporte técnico e material, foi criado pela Lei nº 1.963, de 11 de junho de 1999, exclusivamente para:

- aquisição e manutenção de equipamentos rodoviários, inclusive de combustíveis e de lubrificantes destinados, exclusivamente, ao atendimento da AGESUL;
- aquisição, locação e manutenção de veículos automotores para prestar apoio operacional e de fiscalização, e de equipamentos rodoviários destinados, exclusivamente, ao atendimento da AGESUL;
- projetos, licenças ambientais, construção, manutenção, recuperação e melhoramento asfáltico de rodovias estaduais e de vias públicas urbanas, inclusive para drenagem, bueiros, pontes, obras e serviços complementares, bem como estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental;
- contribuição do Estado, por meio de repasse de recursos ou de bens, em decorrência da celebração de convênios com a União, com os Municípios ou com Consórcios, cuja finalidade seja a construção, manutenção, operacionalização, recuperação ou o melhoramento de rodovias e de vias municipais e urbanas localizadas em Mato Grosso do Sul.

O FUNDERSUL conta com um Conselho de Administração composto pelos seguintes membros: o Governador, que atua como presidente; o Secretário da SEILOG; o Secretário da SEMADESC; o Secretário da SEGOV; o Diretor-Presidente da AGESUL; e representantes da FAMASUL, do SICADEMS, da ACRISUL e da ASSOMASUL.

A consulta ao FUNDERSUL, entre as fases de assinatura Contrato de Empréstimo e início das obras do Programa Rodar MS é essencial, considerando que seu conselho de administração desempenha um papel estratégico como canal de comunicação entre o setor produtivo e as secretarias estaduais envolvidas. Embora não participe diretamente do programa, o FUNDERSUL, em suas reuniões, poderá receber demandas críticas e reclamações eventuais relacionadas ao andamento do projeto, além de orientar as medidas a serem adotadas ao longo de sua execução. Essa atuação fortalece o mecanismo de comunicação do Programa Rodar MS, promovendo a transparência e o alinhamento com as expectativas da população com base na atuação do setor produtivo.

Conselhos Gestores de Unidades de Conservação (IA)

As obras do Programa Rodar MS interceptarão UCs que incluem APA, que são áreas de Uso Sustentável, voltadas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais, e Zona de Amortecimento de Unidade de Proteção Integral, dedicadas à preservação dos ecossistemas em sua forma mais íntegra. Os representantes dos conselhos os gestores dessas UCs serão informados, no início das obras, sobre sua realização e orientações sobre os principais canais de comunicação para monitorar o andamento e mitigação de impactos. As UCs Interceptadas pelo Projeto são:

- APA Municipal da Sub-bacia do Rio Ivinhema/Novo Horizonte do Sul;
- APA Municipal da Sub-bacia do Rio Ivinhema;
- APA Municipal das Microbacias do Rio Dourados e Brilhante;
- APA Municipal da Sub-bacia do Rio Pardo;
- APA Municipal da Serra das Morangas;
- APA Municipal da Sub-bacia do Rio SUCuriú;

Outras partes interessadas - Características
• APA Federal Ilhas de Várzeas do rio Paraná; • Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal Córrego Cumandaí.
Consórcios Públicos Municipais (IA)
O Estado de Mato Grosso do Sul conta com seis consórcios públicos municipais em operação, dos quais quatro incluem municípios com rodovias contempladas pelo projeto: CIDECOL, CODEVALE, CIDECO e CONISUL. Esses consórcios representam a população e têm como objetivo garantir maior agilidade na execução de serviços e na aquisição de bens, atendendo coletivamente às demandas locais. Os consórcios municipais são importantes atores sociais que se formam com o objetivo de implementar medidas estratégicas que beneficiem coletivamente um conjunto de municípios, os quais individualmente, não poderiam ter os recursos ou a autonomia necessária para executar tais ações. No contexto do Programa Rodar MS, ao serem informados sobre as obras em suas regiões de atuação, os consórcios podem planejar estratégias de gestão que atendam de forma integrada às demandas dos municípios envolvidos. Além disso, embora não seja sua função principal, os consórcios públicos municipais também podem atuar como canais de diálogo entre a população e o poder público, promovendo maior alinhamento e transparência na execução do projeto.

4. TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1. Meios de Comunicação, Divulgação, Envolvimento das Partes Interessadas, Estratégia proposta para divulgação de informações

Após a assinatura oficial do Programa Rodar MS pelo Banco Mundial e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, as equipes das instituições executoras farão um cronograma de divulgação, conforme detalhamento a seguir:

Durante a fase de elaboração de anteprojeto, a AGESUL realizará um levantamento detalhado sobre a comunidade residente nas áreas adjacentes, com o objetivo de implementar, durante a fase de obras, um Programa de Comunicação Social direcionado às partes interessadas. Esse programa visa garantir que a comunidade tenha voz ativa e seja devidamente ouvida por meio de ferramentas como questionários, entrevistas e canais de comunicação direta. Entre as opções estão a criação de um número de WhatsApp dedicado e/ou um endereço eletrônico exclusivo para o envio de dúvidas, sugestões e feedbacks. A escolha dos meios de comunicação mais adequados será definida após o mapeamento do público-alvo, garantindo que a interação seja acessível e eficiente para o usuário.

Por meio da Secretaria de Educação, será realizada uma comunicação direcionada aos professores, alunos e à comunidade escolar, informando sobre as obras do CREMA e os benefícios que essas melhorias trarão para todos. O objetivo é garantir que a comunidade esteja ciente das melhorias e divulgar como essas ações contribuem diretamente para melhorar a segurança e o acesso às instituições de ensino, promovendo um ambiente mais seguro e eficiente para todos os envolvidos. A comunidade escolar também será incluída no Programa de Comunicação Social, que será implementado durante as fases de obras do Programa.

A Secretaria de Cidadania, reconhecida por sua presença constante e eficiente nas comunidades e expertise para conduzir diálogos de forma sensível e eficaz com grupos vulneráveis e populações culturalmente diversas, já mantém um

diálogo ativo e próximo com mulheres e comunidades indígenas. Dessa forma, sempre que necessário, a SEC será acionada para participar de reuniões com autoridades, lideranças e representantes dessas comunidades, com o objetivo de apoiar os diálogos, provendo a socialização dos objetivos do projeto, bem como compartilhando informações de maneira adequada ao público alvo. Essas reuniões serão coordenadas e acompanhadas pela UGP, com registros formais de suas deliberações e atividades. Durante os encontros, os participantes serão informados sobre os canais de comunicação oficiais específicos pelo Programa Rodar MS, garantindo transparência e facilitando o acesso a informações e o encaminhamento de demandas.

É importante destacar que o fortalecimento institucional irá aprimorar ainda mais esse diálogo, potencializando a capacidade da Secretaria de engajar e atender às demandas dessas comunidades de maneira ainda mais eficaz e inclusiva.

Ao final de cada período de monitoramento, conforme o cronograma do Programa de Comunicação Social, serão apresentados os resultados das ações realizadas ao longo do período, que incluirão tanto os aspectos positivos quanto os negativos do projeto, com recomendações para melhorias, além disso, serão delineadas as próximas linhas de ação para o próximo período. Esses dados serão consolidados e apresentados em relatórios detalhados, que servirão como base para o planejamento e a tomada de decisões futuras.

O **Quadro 5** traz os meios de comunicação, canais e estratégias de divulgação de informações do projeto.

Quadro 5: Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação.

CANAL	MEIO	ESTRATÉGIA
Programa Rodar MS	Possíveis canais de comunicação a serem desenvolvidos: - Endereço eletrônico; - Número de WhatsApp dedicado; - Materiais informativos; - Placas de Obra.	- Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas, documentos públicos e estratégias do Projeto; - Contato direto com a equipe responsável pela comunicação do projeto.
Escritórios de Parcerias Estratégias - EPE	- Site: https://www.epe.segov.ms.gov.br/ - Redes sociais: Instagram - @epe.ms - E-mail: epe@segov.ms.gov.br - Telefone: (67) 3378-9150	- Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas, documentos públicos e estratégias do Projeto; - Contato direto com a equipe responsável pela comunicação do projeto.
Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul - AGESUL	- Site: https://www.agesul.ms.gov.br/ - Telefone: (67) 3318-5300 - Link FalaBR: https://www.agesul.ms.gov.br/fale-conosco-5/	- Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas; - Recebimento de elogios, sugestões e reclamações.
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL	- Site: https://www.imasul.ms.gov.br/ - Redes sociais: Instagram - @imasulms - E-mail: atendimento@imasul.ms.gov.br - Telefone: (67) 3318 6056	- Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas.
Secretária de Cidadania - SEC	- Site: https://www.sec.ms.gov.br/ - Redes sociais: Instagram - @cidadaniam WhatsApp – 67991403122 (Canal Cidadania) Youtube: @cidadaniam Facebook: @cidadaniam - E-mail: gabinete@sec.ms.gov.br - Telefone (s): Assessoria: (67) 3323-7204 Comunicação: (67) 3323-7208	- Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas; - Recebimento de elogios, sugestões e reclamações.
Secretária de Educação - SED	- Site: https://www.sed.ms.gov.br/ - Redes sociais: Instagram - @educacaoms	- Divulgação das ações realizadas e a serem realizadas. - Recebimento de elogios, sugestões e reclamações.

CANAL	MEIO	ESTRATÉGIA
	- E-mail: comunica@sed.ms.gov.br - Telefone (s): - Comunicação: (67) 3318-2287 - Atendimento ao público (ligação pelo celular): 3314-1212 / 3314-1817 / 3314-1820 / 3314-1821 / 3314-1824 - Link FalaBr: https://www.sed.ms.gov.br/fale-conosco-2/	
Ouvidoria Geral do Estado (Controladoria Geral do Estado - CGE)	- Site - https://www.cge.ms.gov.br/oge/ - E-mail: oge-cge@cge.ms.gov.br - Telefone: (67) 3318-4013 - Link FalaBr: https://falabr.cgu.gov.br/web/home	- Contato por meio de abertura de chamado no sistema da Ouvidoria Geral do Estado que pode ser feito pelo site. - Recebimento de elogios, sugestões e reclamações.
Contato dos Conselhos Gestores	- APA Municipal da Sub-bacia do Rio Ivinhema/Novo Horizonte do Sul; - APA Municipal da Sub-bacia do Rio Ivinhema; - APA Municipal das Microbacias do Rio Dourados e Brilhante; - APA Municipal da Sub-bacia do Rio Pardo; - APA Municipal da Serra das Morangas; - APA Municipal da Sub-bacia do Rio Sucuriú; - APA Federal Ilhas de Várzeas do rio Paraná; - Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal Córrego Cumandaí. Os contatos dos gestores das Unidades de Conservação (UCs) estão disponibilizados no Anexo 1.	- Recebimento de elogios, sugestões e reclamações.

5. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. Antecedentes

A priorização de investimentos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul é estruturada através de instrumentos de planejamento, amplamente difundidos junto a população e também com a participação de um conjunto de stakeholders que representam os mais diversos setores econômicos e sociais, garantido que as ações pragmáticas de desenvolvimento estejam contempladas no planejamento. Essas ações subsidiam o Plano Plurianual (PPA), que consiste em um plano com diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento das ações do Governo do Estado. Esse plano é elaborado a cada 4 anos, e aprovado pela Assembleia Legislativa e revisado anualmente.

Para a elaboração do PPA também são realizadas consultas públicas nas quais a sociedade pode, inicialmente, enviar suas propostas e contribuições através da plataforma Você Participa (<https://voceparticipa.ms.gov.br/>). Posteriormente, os resultados da participação social sobre as propostas enviadas são disponibilizados para consulta pública. Ao longo de 2023, por exemplo, o Governo de Mato Grosso do Sul promoveu diversos encontros e consultas com a população para debater propostas de melhorias destinadas à criação de novas ações e políticas públicas nos municípios do Estado, com os resultados devidamente elaborados e apresentados na plataforma.

O PPA define as ações públicas a serem realizadas nos próximos anos em todas as áreas de atuação do Governo do Estado, com vigência de quatro anos e expressando a visão estratégica da gestão pública estadual. Como principal tática para o fortalecimento da agenda estratégica, o Estado tem estruturado um ambiente integrado de planejamento, buscando alinhar todos os planejamentos setoriais no PPA para garantir uma execução mais eficaz e de fácil desdobramento.

Assim, o planejamento de prazo médio é definido nos programas finalísticos do PPA, e a prática de contratualização anual de resultados foi implementada para garantir a materialização das ações planejadas. O planejamento dos resultados e das prioridades estratégicas de curto prazo (dentro do exercício vigente) passou a integrar o Contrato de Gestão de cada órgão da administração direta e indireta.

Para viabilizar os projetos pretendidos, o planejamento é estruturado em Programas Temáticos que conduzem a administração pública na priorização e execução das ações. Além disso, diversos conselhos estaduais, com cadeiras destinadas à sociedade civil organizada, atuam de forma deliberativa e promovem o direcionamento dessas ações estratégicas.

Na infraestrutura podemos citar por exemplo o FUNDERSUL, que delibera o Plano de Aplicação de Recursos para cada exercício. O FUNDERSUL possui um Conselho de Administração composto pelos seguintes membros:

- Governador (presidente);
- Secretário da SEILOG;

- Secretário da SEMADESC;
- Secretário da SEGOV;
- Diretor-Presidente da AGESUL;
- Representantes da FAMASUL, do SICADEMS, da ACRISSUL e da ASSOMASUL.

A participação do setor produtivo, dos municípios e das pastas envolvidas no processo de planejamento e também das ações finalísticas de pavimentação, restauração e manutenção de rodovias estaduais, promove um processo decisório estruturado e conduzido em sinergia com os instrumentos de planejamento público e com a participação social, atendendo aos diversos interesses de diferentes setores do estado e conduzindo de maneira ordenada e participativa o investimento de logística do Governo.

5.2. Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas Realizadas durante a Preparação do Projeto

No âmbito do componente 1 do Programa, além dos instrumentos de planejamento, os critérios balizadores para seleção de rodovias foi a divisão territorial das 17 residências regionais, identificando que 05 (cinco) delas estão inseridas no Bioma Pantanal (Corumbá, Coxim, Rio Negro, Bela Vista e Miranda) onde existem ressalvas nos investimentos, especialmente sob o aspecto ambiental.

Considerando a extensão que será viabilizada no âmbito da operação de crédito para o CREMA DBM foram selecionadas duas regionais que: atendem as premissas estabelecidas, servem como acesso aos estados de São Paulo e Paraná, somam a quantidade factível de 617,669 km e são contíguas, facilitando assim, a dinâmica do projeto. São elas as regionais de Naviraí e Nova Andradina. Para o CREMA PPP, a escolha da região, que cruza as regionais de Paranaíba e Três Lagoas, foi baseada na importância estratégica de um corredor rodoviário essencial para o escoamento da produção florestal, atendendo tanto às indústrias já existentes quanto às que estão em fase de construção.

No âmbito do componente 2, a fase inicial de elaboração dos projetos desenvolveu uma abordagem intersetorial, envolvendo diversos órgãos estaduais. Durante as missões realizadas entre o Banco Mundial e o Mutuário, esses órgãos foram consultados para identificar e definir suas demandas e especificidades. Em reuniões técnicas e consultas direcionadas, especialistas do Banco, representantes de cada órgão e a equipe da EPE discutiram expectativas e desafios dentro do escopo do Programa Rodar MS. Esse envolvimento direto com órgãos como as secretarias de Educação e Cidadania, AGESUL, IMASUL, DETRAN-MS, CGE -MS, entre outras, possibilitou um mapeamento detalhado das demandas e uma visão abrangente dos impactos esperados nas diversas áreas de atuação. Esse processo foi fundamental para garantir que as ações do Programa Rodar MS, principalmente as previstas no componente 2, correspondam diretamente às necessidades das partes envolvidas, garantindo o atendimento das demandas do público afetado pelo projeto, seja de forma direta ou indireta.

Com relação às atividades do componente 3, o Programa “Programa Rodar MS” tem entre seus objetivos “reduzir os pontos críticos quanto ao acesso de estudantes às instalações de escolas estaduais que possuam algum vínculo com rodovias estaduais”, promovendo maior segurança nos deslocamentos dos alunos até a escola.

O processo de seleção das escolas estaduais para o projeto foi conduzido pelo EPE juntamente com a SED. Inicialmente, foram excluídas as escolas localizadas próximas às rodovias federais e às rodovias estaduais que estão concessionadas ou em processo de concessão.

A Superintendência de Gestão e Normas Educacionais (SUGED), por meio das doze Coordenadorias Regionais de Educação, consultou os Diretores Escolares para identificar as intervenções necessárias para melhorar a segurança da comunidade escolar, alunos, professores e demais usuários. Para padronizar o tipo de informação recebida, foi enviado um modelo às escolas, que permitiu uniformizar os dados.

Após o envio desses modelos, as escolas encaminharam um diagnóstico detalhado sobre as necessidades e possíveis soluções. Esses diagnósticos passaram por uma análise e ajuste técnico inicial pela equipe de engenharia do EPE, que inseriu as especificações técnicas básicas para subsidiar o desenvolvimento do projeto de engenharia. Esse processo de adequação técnica tem como objetivo subsidiar a futura contratação projetos para melhorias no subcomponente 3.1 – Melhoria dos acessos às escolas estaduais. O **Quadro 6** traz a relação das escolas que receberão intervenções.

Quadro 6: Relação das escolas que receberão intervenções.

Nº	Cidade	Nome da Escola	Nº Total de Alunos	Nº aproximado de alunos que cruzam as Rodovias	Rodovias que os alunos precisam cruzar
1	Bonito	E.E. Luiz da Costa Falcão	1059	364	MS 178 e MS 345
2	Bonito	E.E. Bonifácio Camargo Gomes	898	456	MS 345, MS 382 e MS 178
3	Amambai	E.E. Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá	418	10	MS 386
3.1	Amambai	E.E. Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá - Extensão Brilho do Sol	84	-	MS 156
4	Ponta Porã	E.E. Pedro Afonso Pereira Goldoni	769	370	MS 386
5	Caarapó	E. E. Indígena De EM Yvy Poty	319	30	MS 280
6	Deodápolis	E. E. João Baptista Pereira	119	10	MS 145
7	Deodápolis	E. E. Lagoa Bonita	120	159	MS 276
8	Dourados	E. E. Antônio Vicente Azambuja	252	150	MS 162, MS 270 e MS 468
9	Dourados	E. E. Indígena Guateka Marçal de Souza	863	236	MS 156
10	Dourados	E. E. Joaquim Vaz De Oliveira	468	100	MS 276 e MS 376
11	Dourados	E. E. Ministro João Paulo Dos Reis Veloso	392	70	MS 162

Nº	Cidade	Nome da Escola	Nº Total de Alunos	Nº aproximado de alunos que cruzam as Rodovias	Rodovias que os alunos precisam cruzar
12	Dourados	E.E. Vereador Moacir Djalma de Barros	1296	400	MS 156
13	Glória De Dourados	E.E. Weimar Torres	125	45	MS 162
14	Itaporã	E.E. Edson Bezerra	427	200	MS 156
15	Itaporã	E.E. Princesa Izabel	91	59	MS 157
16	Itaporã	E.E. Rodrigues Alves	268	25	MS 156
17	Itaporã	E.E. Senador Saldanha Derzi	165	50	MS 156
18	Vicentina	E.E. São José	176	80	MS 147
19	Sidrolândia	EE Sidrônio Antunes de Andrade	1018	250	MS 162 e MS 258
20	Corguinho	EE Jose Alves Quito	320	265	MS 080 e MS 244
21	Fátima Do Sul	Ee Jonas Belarmino Da Silva	-	100	MS 147
22	Dourados	Ee Presidente Tancredo Neves	-	50	MS 162
23	Dourados	Ee Menodora Fialho De Figueiredo	-	35	MS 156
24	Dourados	Centro Estadual De Educação De Jovens E Adultos - CEEJA	-	-	MS 162, MS 270 e MS 156

Desse modo, o projeto reflete as necessidades de todos os envolvidos, promovendo uma execução mais inclusiva, que contempla os usuários das rodovias, os moradores residentes nas adjacências, as comunidades indígenas, a comunidade escolar, e reforçando a importância das mulheres nesse contexto, de forma a garantir que esses grupos tenham suas particularidades respeitadas e que as ações desenvolvidas promovam um desenvolvimento sustentável e gerem impacto positivo em todas as esferas sociais.

Consulta as Comunidades e interessados de Escolas Estaduais

Como prática regular da SED, são realizadas consultas sempre que há necessidade de alterações nas matrizes curriculares, mudanças na organização escolar ou qualquer outra ação da secretaria que impacte diretamente a estrutura e dinâmica da comunidade escolar. Isso inclui, por exemplo, as ações de segurança viárias propostas no âmbito do Projeto, que também seguirão esse alinhamento.

A consulta é organizada na comunidade com o chamamento de todos, lideranças, pais de estudantes, estudantes, enfim todos que direta ou indiretamente estão envolvidos com a pauta. Geralmente anuncia-se com dois ou três dias de antecedência em ampla divulgação: bilhetes, cartaz na unidade escolar, divulgação em serviço de rádio quando a comunidade dispõe e grupo de mensagem, sempre expondo o tema, como por exemplo: oferta do ensino integral.

Na data da reunião é feita a explanação do tema para todos os presentes de forma detalhada e são respondidos os questionamentos, mesmo que a reunião tenha previsão para 4 horas e dure 6 horas, o importante é o momento de troca e de entendimento, após isso é solicitado da comunidade um posicionamento se concordam ou não com o que está sendo proposto.

As consultas são realizadas com registro fotográfico e a confecção de atas, ressaltando que cada unidade escolar da rede estadual tem a ata da escola, então esse evento se for relacionado a unidade, deve ser registrado nessa ata.

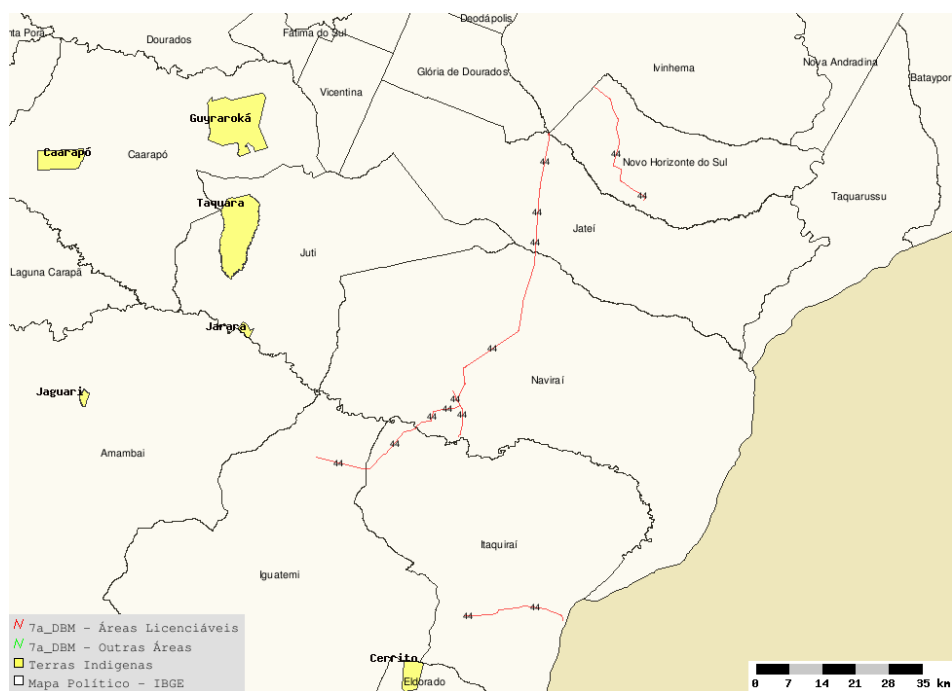
A consulta deve ser conduzida e executada de modo que todos os moradores da comunidade possam participar, em um local de livre acesso, de forma com que toda as perguntas sejam respondidas e as dúvidas sanadas, por essa razão a necessidade de uma boa apresentação levando em conta os objetivos da ação e as implicações de sua execução.

5.3 Povos tradicionais - indígenas e quilombolas

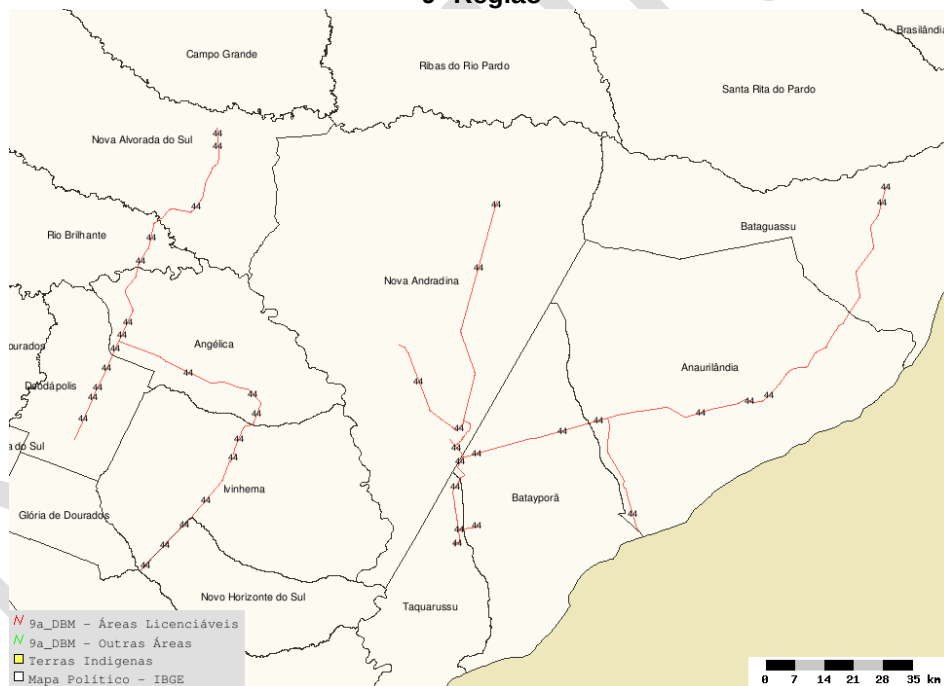
Oito Povos Indígenas estão presentes no estado de Mato Grosso do Sul: uma população de 116.346 pessoas, das quais 59% vivem em 60 terras indígenas, localizadas em 35 municípios. Muitos outros vivem em ocupações precárias em 15 municípios. Pertencem aos povos Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié, Guató e Atikum.

No âmbito do componente 1, as rodovias escolhidas para reabilitação, manutenção e conservação estão localizadas em estradas já existentes que não cruzam nem estão próximas às Terras Indígenas (conforme ilustrado nas **Figuras 1 e 2**) – ou seja, não estarão localizadas a menos de 10 quilômetros de distância dessas terras, caso em que, no Brasil, a legislação poderia exigir a emissão de um parecer técnico pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas sobre os potenciais impactos sobre os Povos Indígenas.

7ª Região



9ª Região



CREMA-PPP

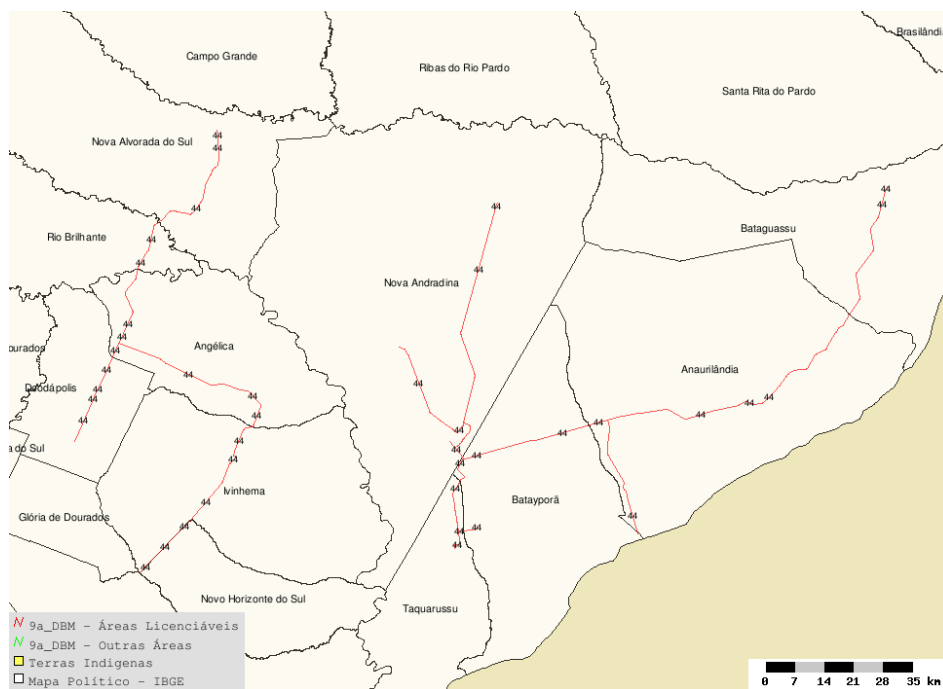
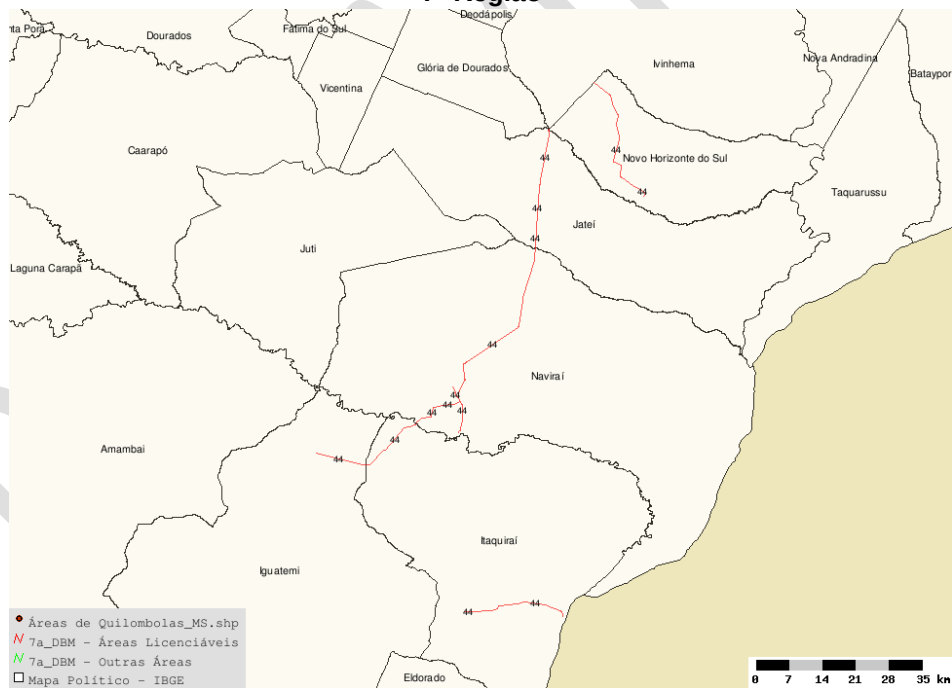


Figura 1: Localização das Rodovias quanto às terras indígenas.
Fonte: Sisla-Imasul, 2024.

7ª Região



9ª Região

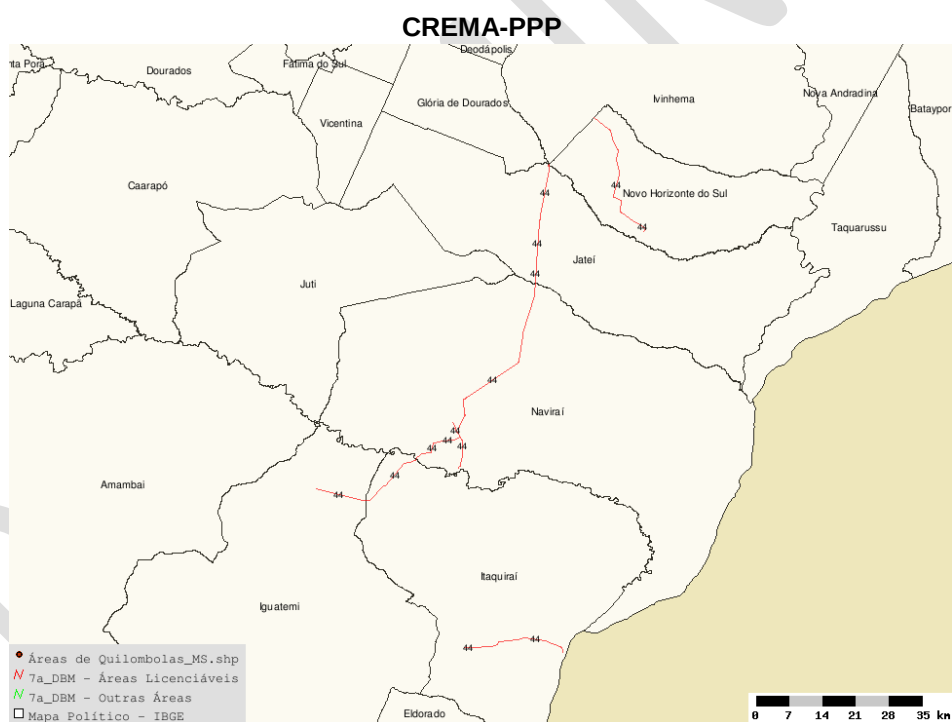
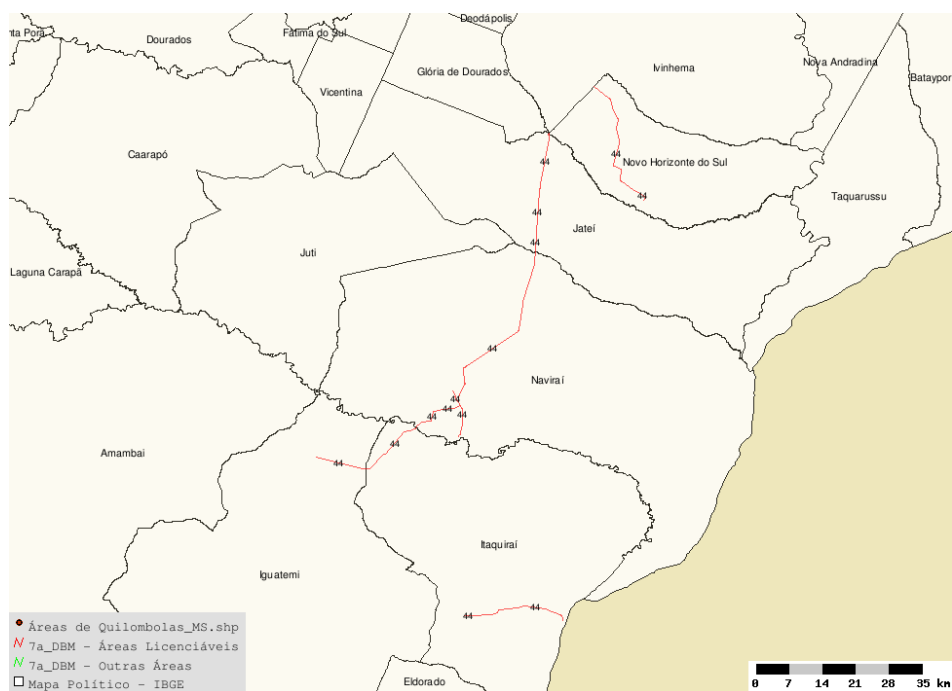


Figura 2: Localização das Rodovias quanto às comunidades quilombolas.
 Fonte: Sisla-Imasul, 2024.

Portanto, o Componente 1 não terá impactos sobre os Povos Indígenas, terras e recursos naturais sujeitos à propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária. Não causarão a realocação de Povos Indígenas de terras e recursos

naturais sujeitos à propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária. Não terão impactos significativos no patrimônio cultural dos Povos Indígenas que seja material ou imaterialmente relevantes para a identidade e/ou aspectos culturais, cerimoniais ou espirituais da vida desses grupos.

Apesar das rodovias não estarem localizadas próximas e não afetarem diretamente as Terras Indígenas e Comunidades Quilombolas, o projeto se relacionará com as comunidades indígenas das escolas onde serão realizadas obras para melhoria da segurança viária. Nesse sentido, o Componente 3, sobre segurança viária, certamente beneficiará também três escolas indígenas estaduais e suas comunidades escolares (alunos, pais, professores e demais funcionários), conforme mencionado acima.

A rede estadual de educação indígena é composta por 17 escolas indígenas (localizadas nos municípios de Amambai, Anastácio, Aquidauana, Caarapó, Corumbá, Dois Irmãos de Buriti, Dourados, Japorã, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho e Sonora) e o Centro Estadual de Formação de Professores dos Povos Indígenas do MS (localizado em Campo Grande), destas escolas, três foram selecionadas dentro no componente 3 estão descritas no **Quadro 7**.

Quadro 7: Relação das escolas indígenas que receberão intervenções

Nº	Cidade	Nome da Escola Estadual	Terra Indígena	Etnia	Nº Total de Alunos	Nº aproximado de alunos que cruzam Rodovias	Rodovias que os alunos precisam cruzar
1	Amambai	E.E. Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá	Amambai	Guarani Kaiowá Guarani Nhandeva	418	10	MS 386
1.1	Amambai	E.E. Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá - Extensão Brilho do Sol	Limão Verde	Guarani Kaiowá Guarani Nhandeva	84	-	MS 156
2	Caarapó	E. E. Indígena De EM Yvy Poty	Aldeia Te Yikue	Guarani Kaiowá/Guarani Nhandeva	319	30	MS 280 (Sem pavimentação)
3	Dourados	E. E. Indígena Guateka Marçal de Souza	Aldeia Jaguapiru e Aldeia Bororó	- Guarani Kaiowá -Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva e Terena	863	236	MS 156

No estado do Mato Grosso do Sul, a educação escolar indígena é uma das atribuições da Secretaria de Estado de Educação, através da Coordenação de Modalidades Específicas. Vale destacar que o Plano Estadual de Educação tem entre suas premissas para a Educação Escolar Indígena: a oferta de educação infantil e educação escolar infantil no âmbito das próprias comunidades indígenas, independentemente do número de alunos e garantida consulta prévia e informada; a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos para alfabetização de crianças indígenas; e a oferta de educação bilíngue (na língua materna das

comunidades indígenas e em português) tanto na Educação Infantil quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, a participação da Secretaria de Educação é fundamental no processo de envolvimento com essas comunidades. Essa participação garante que as ações planejadas para as comunidades escolares indígenas nas aldeias beneficiadas sejam definidas de forma se respeitar as diretrizes prioritárias que assegurem tanto a sua proteção quanto a sua inclusão em todas as etapas do processo.

Consulta às comunidades indígenas

A consulta aos integrantes de uma comunidade indígena possui o mesmo fluxo das consultas realizadas nas outras escolas do público em geral (conforme detalhado em box anterior), porém a Secretaria de Estado de Educação (SED), trabalha com as comunidades indígenas alinhadas aos preceitos da Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, que prevê o direito de consulta prévia, que pode ser resumido como o poder que os povos indígenas e tribais têm de influenciar efetivamente o processo de tomada de decisões dentro de suas comunidades.

Nesta secretaria a ação é realizada pela Coordenadoria de Modalidades Específicas, que conta com técnicos da Educação Escolar Indígena, que são professores indígenas, e com uma antropóloga não indígena, porém que trabalha com o tema.

5.4. Consulta da Proposta Preliminar do PEPI

5.4.1 Consulta pública no site do EPE

Após a finalização, a proposta preliminar do PEPI será publicada no site e com chamada no Instagram do EPE, vinculado à SEGOV, e também divulgada por e-mail para os órgãos estaduais participantes do Programa Rodar MS. O Fundersul e os Conselhos Municipais serão igualmente notificados sobre a disponibilização do PEPI para consulta. O prazo para consulta pública e contribuições será de 30 dias.

Além disso, a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e a Secretaria de Educação (SED) receberão e-mails específicos com direcionamento sobre as ações propostas neste documento para escolas indígenas, garantindo que tenham a oportunidade de validar as ações propostas para essas comunidades.

Tal consulta objetiva responder a três questões básicas:

- a. A estratégia de divulgação proposta é adequada?
- b. A estratégia de envolvimento com as partes interessadas é adequada?
- c. Que outras ações ou atividades de engajamento deveriam ser consideradas?

Ao final desse período, as contribuições ao texto serão analisadas e respondidas pela equipe responsável pelo projeto e, posteriormente, publicadas, indicando no arquivo de resposta se a contribuição foi incorporada (total ou parcialmente) ao documento, com a respectiva justificativa. A sistematização do resultado da consulta também integrará, como um anexo, a versão final do PEPI.

Assim, espera-se realizar uma ampla consulta junto à sociedade, entidades representativas e órgãos governamentais, visando ao aprimoramento desta proposta preliminar do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).

O Cronograma com as estratégias para consulta pública estão apresentados no **Quadro 8**.

5.4.2 Consultas com órgãos e conselhos representativos

Além disso, caso haja necessidade ou mediante provocação, serão realizadas reuniões de apresentação do projeto e do PEPI, abertas a contribuições, com as secretarias envolvidas. As atas dessas reuniões serão publicadas no site do Escritório de Parcerias Estratégicas (EPE).

Quadro 8: Cronograma de Consulta da Proposta Preliminar do PEPI.

Ação	Parte interessada	Meio de consulta	Data
Divulgação	Todas as partes interessadas	Publicação da proposta preliminar do PEPI no site do Escritório de Parcerias Estratégicas - EPE.	Após publicação da lei autorizativa
	Órgãos estaduais participantes do Programa Rodar MS (incluindo SEC e SED), Fundersul; Conselhos Municipais.	Envio de e-mails direcionados às SEC e SED a respeito das ações propostas para essas comunidades escolares indígenas.	Após publicação da lei autorizativa
		Envio de e-mails direcionados aos órgãos estaduais participantes do Programa Rodar – MS, Fundersul e os Consórcios Municipais. Reuniões de apresentação do projeto e do PEPI, quando necessário.	
Recebimento de Contribuições	Todas as partes interessadas	Período para recebimento de contribuições por meio de formulário eletrônico (Google Forms).	(30 dias após início da consulta)
Análise e Devolutiva	Todas as partes interessadas	Período de análise das contribuições da consulta.	20 dias após finalização da consulta
		Publicação da planilha com as respostas da consulta no site do Escritório de Parcerias Estratégicas - EPE.	30 dias após a finalização da consulta

Ação	Parte interessada	Meio de consulta	Data
		Publicação do PEPI (versão final) no site do Escritório de Parcerias Estratégias - EPE.	Até 30 dias após a data de efetividade do Projeto.

5.5. Proposta para o Envolvimento das Partes Interessadas durante a Implementação do Projeto

5.5.1 Beneficiários – Geral

Os beneficiários do projeto serão engajados por meio de diversas estratégias planejadas no MGAS, que prevê, dentre outros aspectos, a mitigação dos impactos socioambientais. Esse documento inclui um Subprograma de Educação Ambiental e um de Comunicação Social, ambos estruturados conforme etapas descritas abaixo, para garantir a participação ativa e o acesso à informação por esse público.

Descrição das etapas:

- Identificação pelas contratadas das temáticas estratégicas** a partir de problemas e potencialidades;
- Subprograma de Comunicação Social:** as diretrizes para elaboração e implementação do subprograma de comunicação social de responsabilidade das construtoras serão indicadas pela UGP e deverão ser incorporadas nos editais para contratação, devendo considerar necessariamente as seguintes temáticas:
 - Assédio e abuso sexual;
 - Exploração sexual;
 - Violência contra a mulher;
 - Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs);
 - Segurança no trânsito;
 - Uso de drogas;
 - Atropelamento de fauna;
 - Tratamento adequado e respeitoso com os símbolos (cruzes, recordatórios etc.) associados a vítimas fatais de acidentes nas estradas (quando possível, prever contato com os familiares antes de removê-los ou deslocá-los).
- Divulgar o escopo do Projeto e o cronograma planejado de ações nas páginas da EPE e da AGESUL, instituições envolvidas em sua implementação;
- Informar pelo menos uma semana antes as comunidades lindeiras às áreas de atuação (Componente 1) e as comunidades escolares (diretores, professores, alunos, pais ou responsáveis) (Componente 3) sobre o início e duração das atividades e seus potenciais impactos temporários e sinalizar adequadamente os locais de obras;

5. Divulgar nos locais de intervenção e junto às comunidades lindeiras – por meio de todos os materiais de comunicação e sinalização das obras – os canais para atendimento e registro e resolução de reclamações relacionadas às obras, incluindo os canais/serviços oficiais existentes para atendimento de denúncias de assédio, abuso e exploração sexual, pelo menos uma semana antes e durante todo o período de execução das obras;
6. Durante as obras, realizar visitas a residências das comunidades lindeiras para auscultar suas percepções em relação à execução das mesmas;
7. Reportar semestralmente nas páginas da internet da EPE e da AGESUL sobre o avanço na implementação das ações apoiadas pelo Projeto e das medidas adotadas para minimizar e mitigar seus riscos e impactos ambientais e sociais.

As a implementação das medidas 4, 5 e 6 deverá ser evidenciada com registros documentais e fotográficos.

5.5.2 Comunidades Escolares Indígenas

Considerando que o Componente 3 do projeto abrange três escolas indígenas, conforme discutido no item 5.3, o projeto deve adotar formas de engajamento culturalmente adequadas que garantam o envolvimento dessas comunidades escolares. Nesse contexto, a contratada deverá promover reuniões com professores, alunos e pais das escolas indígenas, com o apoio da Coordenação de Modalidades Específicas da SED e da Gerência de Povos Indígenas da SEC. A integração institucional necessária para essa ação ficará sob responsabilidade da UGP.

Durante as reuniões, os membros das comunidades escolares serão informados sobre as atividades previstas e consultados quanto a possíveis preocupações relacionadas à execução das obras. Essas questões deverão subsidiar as diretrizes do Subprograma de Comunicação Social, que serão elaboradas pela contratada responsável pelas obras de segurança rodoviária. Além das diretrizes, ressalta-se que os materiais informativos e sobre segurança rodoviária, produzidos com o apoio do projeto, deverão incluir o uso da língua materna das comunidades beneficiadas.

6. RESPOSTA E RESOLUÇÃO DE QUEIXAS

6.1. Publicização

A Ouvidoria Geral do Estado, através do Fala.Br é hoje o principal canal de interação para que qualquer cidadão registre manifestações (reclamações, denúncias, solicitações, elogios ou sugestões) sobre as políticas públicas, serviços e ações do Estado. É possível ter acesso através dos sites dos órgãos públicos do executivo estadual, empresas públicas e fundações, bem como em QR Codes em materiais impressos e afixados em prédios públicos direcionando para o site.

O Fala.BR oferece autenticação do usuário por meio do login único do sistema Gov.br, e trata os acessos e solicitações do usuário baseados nos selos de

confiabilidade disponíveis no www.gov.br. É o canal indicado para o exercício dos direitos dos titulares, no Guia de Boas Práticas da LGPD do Governo Federal

Além do que já é realizado em termos de divulgação, os sites e as unidades físicas dos órgãos parceiros à execução do Projeto e seus respectivos escritórios locais farão a publicização do principal canal de relacionamento do projeto Radar MS, que será a Ouvidoria Geral do Estado, cujo funcionamento está descrito nos tópicos a seguir.

6.2. Descrição do Mecanismo de Queixas (MSQ)

O sistema utilizado pelo estado de Mato Grosso do Sul é o Fala.Br. O Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU), o Sistema permite a qualquer cidadão encaminhar - de forma ágil e com interface amigável - pedidos de acesso à informação e manifestações de ouvidoria, em um único ambiente.

Os registros são feitos através do site da Ouvidoria Geral do Estado, onde se realiza o primeiro filtro e, posteriormente, são encaminhados às secretarias pertinentes. Os registros são recebidos pelas Secretarias e o prazo para elaboração das respostas é monitorado pela Ouvidora, que avalia as respostas e encaminha de volta ao cidadão solicitante.

Para a execução do Projeto Rodar-MS, a parte interessada poderá recorrer à ouvidoria do Projeto, vinculada à PGE, mas alocada na AGESUL. Desse modo o cidadão poderá acioná-la para registrar sua solicitação relacionada ao projeto.

Os meios de comunicação com a ouvidoria serão amplamente divulgados nos canais informativos entre as contratadas e a sociedade e as solicitações direcionadas à UGP, ao EPE, bem como aos órgãos envolvidos no Programa Rodar MS serão encaminhadas, para que sejam elaboradas as respostas, seguindo as premissas estabelecidas em lei.

Quadro 9: Canais de Recebimento de Reclamações.

Mecanismo de Recebimento	Canal
Site da Ouvidoria Geral do Estado	Sistema da Ouvidoria Geral do Estado: https://www.cge.ms.gov.br/oge/ https://falabr.cgu.gov.br/web/home
Site AGESUL	Link FalaBR - https://www.agesul.ms.gov.br/fale-conosco-5/
E-mail da Ouvidoria Geral do Estado	oge-cge@cge.ms.gov.br
Telefone da Ouvidoria Geral do Estado	67 3318 4038

Serão estabelecidas medidas específicas para os indígenas que possam ter dificuldades para acessar os canais disponíveis no estado do MS, para que seja garantida a eles meios culturalmente adequados de registrar suas interações, sugestão e reclamações referentes ao projeto.

6.3. Processo de Gestão e Monitoramento

As etapas do processo para solicitações via Ouvidoria Geral do Estado estão descritas abaixo:

6.3.1 Etapa 1 – Iniciar a Manifestação

Ao acessar o sistema eletrônico de ouvidoria (<https://falabr.cgu.gov.br/web/home>) é apresentada a tela com as cinco opções disponíveis (**Figura 3**):

- Ouvidoria;
- Ouvidoria Interna;
- Acesso à Informação - LAI;
- Consulte seu protocolo; e
- Perguntas Frequentes.



Figura 3: Página Inicial do site Fala.Br.

Fonte: <https://falabr.cgu.gov.br>

Ao clicar no item ouvidoria, é possível registrar uma Denúncia, Reclamação, Elogio, Solicitação ou Sugestão. Existem ainda duas outras possibilidades mostradas no campo "Tipo", apenas para fins de tratamento dentro da Plataforma Fala.BR, que são:

- **Comunicação:** Denúncia registrada de forma anônima;
- **Não classificada:** as manifestações apresentadas como Não Classificada, foram originadas a partir de manifestações do tipo Simplifique e não tiveram a sua classificação interna realizada pelos servidores das Ouvidorias. Essa situação não ocorre mais na Plataforma.

Ao se iniciar um registro de uma manifestação no Fala.BR, o usuário deve preencher um determinado tipo de formulário contendo vários campos como

identificação do usuário, órgão destinatário, teor da manifestação relatando os fatos, local do fato, etc. Pelo exposto, foram criados no Fala.BR quatro tipos de formulários para abarcar os sete tipos de manifestações. São eles:

- **Padrão:** abrange as manifestações do tipo elogio, reclamação, solicitação e sugestão. Contém os seguintes campos: identificação, destinatário, descrição, local do fato e quais são os envolvidos no fato;
- **Simplifique:** abrange a manifestação do tipo simplificação. No campo descrição há um campo exclusivo denominado proposta de melhoria;
- **Denúncia:** abrange a manifestação do tipo denúncia. Nesta os campos do formulário são exatamente os mesmos do formulário Padrão, mas recebe um tratamento específico de salvaguardas de proteção à identidade dos denunciantes de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública; e
- **Acesso à Informação:** abrange a manifestação do tipo acesso à informação. Em comparação com os demais tipos, este é o que possui um procedimento mais singular; por exemplo, o cidadão pode entrar com um recurso administrativo caso tenha um pedido de acesso a informação negado pela administração (vide Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a LAI). Contém apenas os campos Identificação, Destinatário e Descrição.

Em seguida o usuário deverá relatar de forma clara e objetiva sua manifestação. A identificação é realizada na mesma página em que sua manifestação foi registrada, que inclusive pode ser feita de modo anônimo.

Abuso e Assédio Sexual

Ao receber reclamações ou denúncias relacionadas a abuso e assédio sexual, a ouvidoria realiza uma triagem cuidadosa para garantir a relevância e procedência das informações. Após esta análise inicial, as denúncias são encaminhadas de forma prioritária para as autoridades especializadas competentes, que possuem os recursos e conhecimentos necessários para conduzir as investigações e tomar as medidas cabíveis, garantindo assim uma resposta eficaz e o acompanhamento dos casos.

6.3.2 Etapa 2 – Monitoramento da Manifestação

O sistema eletrônico de ouvidoria possibilita consultar o seu protocolo, informando o e-mail ou CPF e a senha (**Figura 4**).

Figura 4: Página de consulta do protocolo.
 Fonte: <https://falabr.cgu.gov.br>.

A Ouvidoria monitora as respostas e, como já mencionado anteriormente, também as avalia as respostas antes de encaminhá-las aos cidadãos solicitantes.

6.4. Prazo de Resposta

O prazo de resposta segue o padrão do sistema da Ouvidoria Geral do Estado, que é de até 30 dias, podendo ser prorrogável por mais 30 dias, mediante justificativa.

6.5. Recursos e Avaliação do Manifestante

Durante e ao final do Programa Rodar MS, será realizada uma avaliação dos serviços prestados aos beneficiários por meio de pesquisa de satisfação, crucial para o aprimoramento de políticas e atendimentos realizados pelo Estado no âmbito do projeto. Os recursos dessa atividade estão previstos no Componente de “Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas”, dentro do escopo da administração direta e indireta.

6.6. Análise do Funcionamento do Mecanismo

O mecanismo de interações será composto por duas entradas. A primeira permitirá à parte interessada estabelecer contato direto com as construtoras, que serão responsáveis por receber, tratar a manifestação e fornecer a devolutiva. Caso a questão não seja resolvida, a parte interessada poderá recorrer à ouvidoria do Projeto, representada pela AGESUL. Os canais para contato com a ouvidoria da AGESUL estarão disponíveis em todos os meios de comunicação estabelecidos pela construtora e aprovados pela UGP (como por exemplo, placas de obra e cartazes).

Ao receberem as demandas, a AGESUL, que conta com uma estrutura própria de ouvidoria, vinculada à PGE, desempenhará um papel ativo nesse mecanismo. Para atender de forma qualificada às demandas relacionadas às obras do Programa Rodar MS, a equipe da PGE que atua na AGESUL receberá capacitação específica. Esse processo contribuirá para o fortalecimento dos canais de comunicação, promovendo maior transparência e diálogo com a sociedade.

A **Figura 5** traz o fluxograma com o mecanismo de queixas do Projeto Rodar MS.

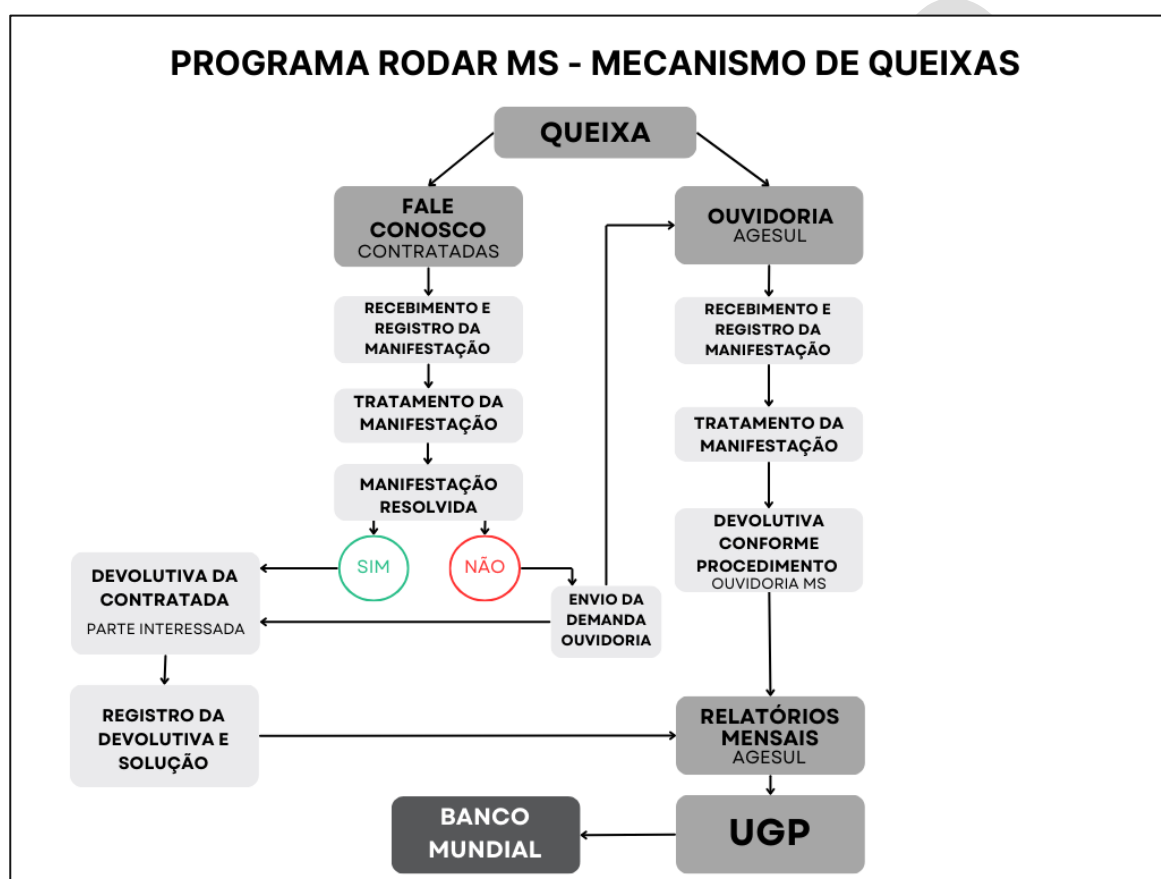


Figura 5: Fluxograma com o mecanismo de queixas do Programa Rodar MS.
Fonte: EPE, 2024.

Todas as manifestações, sejam de natureza, positiva ou negativa, deverão ser registradas, e encaminhadas trimestralmente à UGP, para serem incorporadas ao relatório semestral de progresso.

6.6.1 Ouvidoria - Fala BR

A Ouvidoria Geral do Estado publica anualmente em seu site um relatório de gestão com as informações advindas dos canais disponibilizados pelo Estado através do site eletrônico (<http://www.transparencia.ms.gov.br/>).

Segundo o relatório de gestão, a ouvidoria recebeu 3.657 manifestações entre janeiro e junho de 2024 (**Figura 6**).

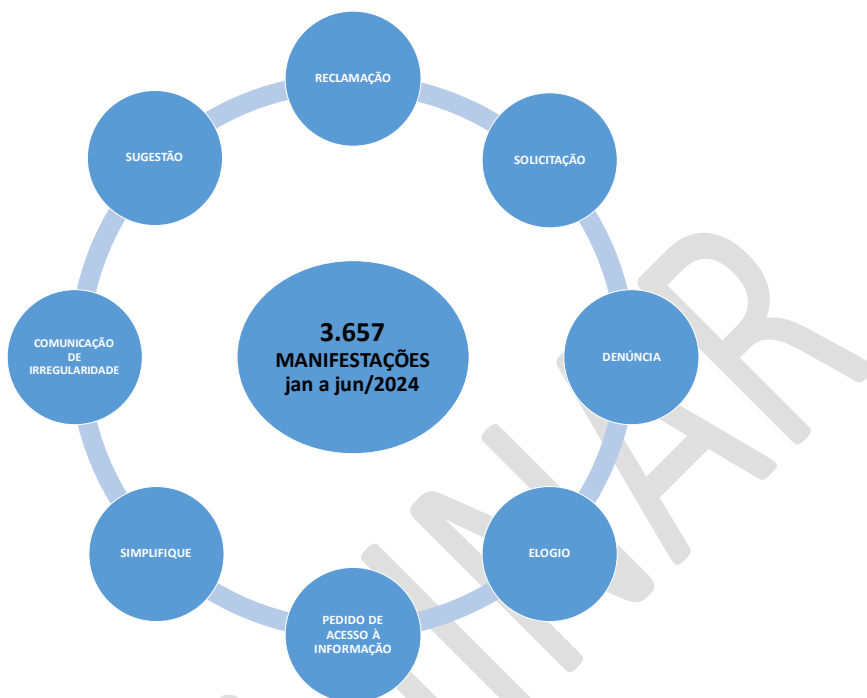


Figura 6: Manifestações pelo Fala.Br no período de janeiro a junho de 2024.
Fonte: Ouvidoria Geral do MS, 2024.

Quanto ao atendimento das demandas, o Programa Nacional de Transparência Pública 2023 apontou o Governo de Mato Grosso do Sul como único ente público do estado apto à categoria “Diamante”, o selo de mais alto reconhecimento da iniciativa (100% dos critérios essenciais - atingiu nível de transparência entre 95% e 100%).

Estes dados demonstram que, em geral, a ouvidoria do MS consegue manter um padrão de atendimento com conclusão das demandas dentro do prazo estabelecido. Também cabe salientar a importância da divulgação do site eletrônico como um dos canais de comunicação, pelo número de registros.

7. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI

7.1. Funções e responsabilidades de gestão

As funções e responsabilidades de gestão estão determinadas de acordo com a proposta de organograma do Escritório de Parcerias Estratégicas (EPE) a ser criada especificamente para a gestão do projeto (**Figura 7**).

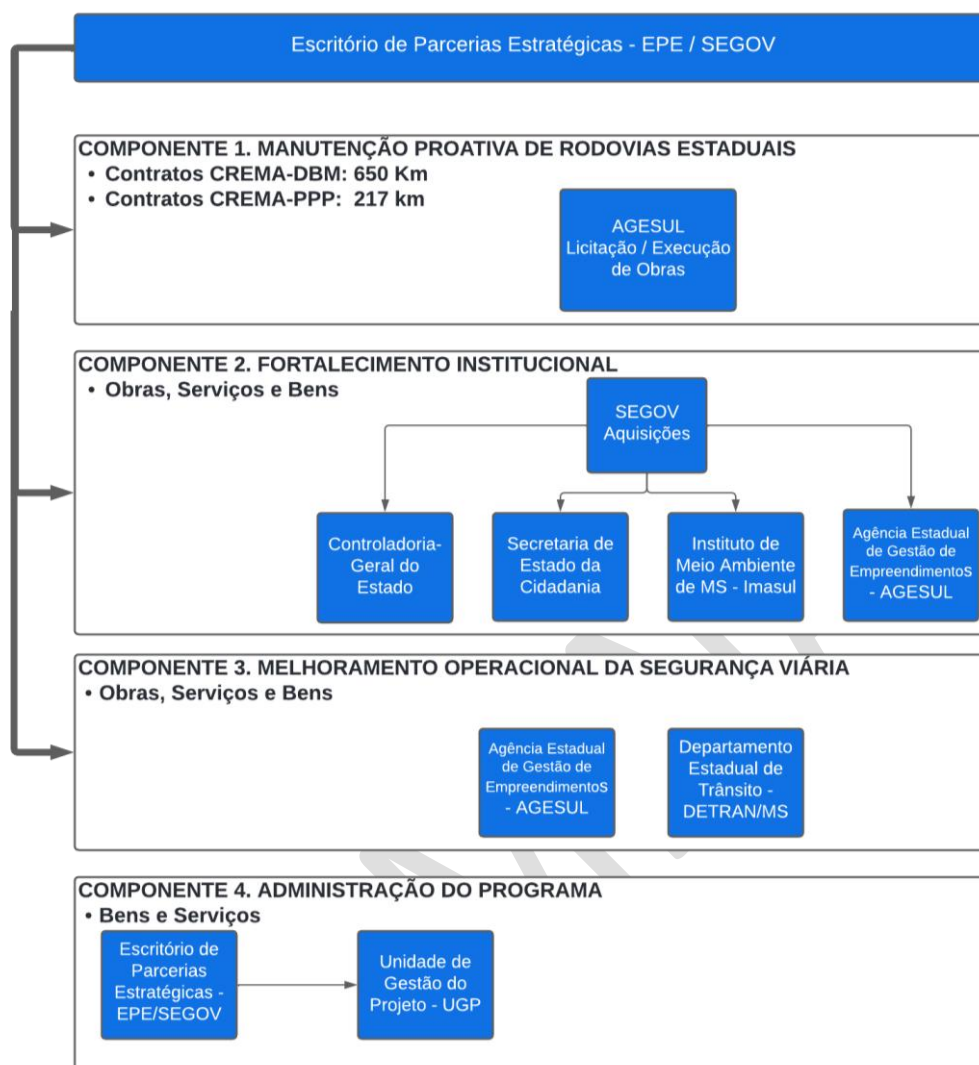


Figura 7: Gestão do Programa Rodar MS – Escritório de Parcerias Estratégicas.
Fonte: Ouvidoria Geral do Estado, 2024.

A implementação e o monitoramento das ações do PEPI é de responsabilidade da UGP, que, conforme o arranjo de implementação adotado, está abrigada no EPE.

7.2. Recursos

As estruturas atuais das Ouvidorias do Estado atendem as demandas do Projeto no que diz respeito ao canal direto de comunicação com os cidadãos (e outras partes interessadas).

No entanto, conforme informado no item Transparência e Divulgação de Informações Relevantes, serão desenvolvidas ferramentas específicas como por exemplo a criação de um número de WhatsApp dedicado e/ou um endereço eletrônico exclusivo para o envio de dúvidas, sugestões e feedbacks. A escolha dos meios de comunicação mais adequados será definida após o mapeamento do público-alvo, garantindo que a interação seja acessível e eficiente para o usuário.

Eventuais recursos adicionais relacionados à equipe ou materiais de escritório serão previstos no componente 2, em ações relacionadas à gestão do projeto. Os recursos para implementação do PEPI estarão garantidos no âmbito do Componente 4.

7.3. Monitoramento e Relatórios

A Ouvidoria elabora relatórios anuais de gestão sobre os dados das demandas recebidas. Esses relatórios podem ser acessados e baixados diretamente pelo site: Por este mecanismo é possível acompanhar a resposta às solicitações realizadas.

Além dos relatórios de gestão, estão previstos indicadores do projeto relacionados ao envolvimento das partes interessadas e ao engajamento cidadão (*citizen engagement*), que são:

- mulheres formadas e certificadas em empregos de média e alta qualificação na construção de estradas;
- satisfação das comunidades escolares com a melhoria da infraestrutura de segurança viária e acessibilidade;
- nível de satisfação da população envolvida na melhoria da infraestrutura de segurança viária e acessibilidade nas escolas selecionadas;
- solicitações incluídas no mecanismo de reparação de reclamações do Projeto resolvidas satisfatoriamente;

Os relatórios de progresso semestrais do Projeto devem incluir um resumo das atividades de envolvimento das partes interessadas realizadas dentro do período relatado, de acordo com o PEPI, contemplando, inclusive, o registro das manifestações submetidas aos mecanismos de reclamações do Projeto e o progresso feito para resolvê-las. Todas as manifestações, sejam de natureza, positiva ou negativa, deverão ser registradas pelas contratadas e encaminhadas trimestralmente à UGP, para serem incorporados ao relatório semestral de progresso.

ANEXO 1 - Contatos dos Gestores das Unidades de Conservação (UCs)

CONTATOS DOS GESTORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- **APA Municipal da Sub-bacia do Rio Ivinhema/Novo Horizonte do Sul;**
 - Gestor da UC: Adilço José Scapin - Gerente Municipal de Meio Ambiente
 - E-mail: meioambiente@pmnhs.ms.gov.br
 - Telefones: (67) 3447-1500/1153
- **APA Municipal da Sub-bacia do Rio Ivinhema/Angélica;**
 - Gestor da UC: Clovis Leite de Freitas - Secretário Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
 - E-mail: meioambiente@angelicams.com.br
 - Telefones: (67) 3446-1260/1165
- **APA Municipal das Microbacias do Rio Dourados e Brilhante/Deodápolis;**
 - Gestor da UC: Antônio Joaquim de Oliveira Neto - Diretor Presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente
 - E-mail: meioambiente@deodapolis.ms.gov.br
 - Telefone: (67) 3448-1925
- **APA Municipal da Sub-bacia do Rio Pardo/Bataguassu;**
 - Gestor da UC: Camila Carla Facholi Bachega – Superintendente de Meio Ambiente, celular
 - E-mail: meioambiente@bataguassu.ms.gov.br
 - Telefone: (67) 3541-1010
- **APA Municipal da Serra das Morangas/Inocência e APA Municipal da Sub-bacia do Rio Sucuriú/Inocência;**
 - Gestores da UC: Valdenir de Queiroz Mariano, Gerente de Meio Ambiente e Doubbert Queiroz Blini, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente
 - E-mail: meio-ambiente@inocencia.ms.gov.br
- **APA Federal Ilhas de Várzeas do rio Paraná;**
 - Gestor da UC: Arthur Sakamoto, Chefe das Unidades de Conservação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Rio Paraná e Ilha Grande;
 - Telefone: (48) 98804-4963
 - E-mail: arthur.sakamoto@icmbio.gov.br e ngi.icmbiorioparana@icmbio.gov.br
- **Parque Natural Municipal Córrego Cumandaí**
 - Gestores da UC: Luiz Alberto Ávila Silva Junior, Gerente de Meio Ambiente e Matheus Henrique Lima Silva, Gerente do Núcleo de UC's e Educação Ambiental, responsável pelo ICMS ecológico
 - Telefone: (67) 3461-7699
 - E-mail: meio_ambiente@navirai.ms.gov.br; luiz.junior@navirai.ms.gov.br e matheus.limacss@gmail.com